

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO - EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

AMANDA MACIEL ASSIS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA
ESTUDO DE CASO: O POTENCIAL TURÍSTICO DO 'CÉUZINHO' EM CAMPO
GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

CAMPO GRANDE/MS

2016

AMANDA MACIEL ASSIS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA
ESTUDO DE CASO: O POTENCIAL TURÍSTICO DO 'CÉUZINHO' EM CAMPO
GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo - ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Me. EMILIA ALIBIO OPPLIGER

CAMPO GRANDE/MS

2016

AMANDA MACIEL ASSIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MONOGRAFIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**CURSO DE TURISMO - ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO E POLITICAS
PUBLICAS**

**ESTUDO DE CASO: O POTENCIAL TURÍSTICO DO 'CÉUZINHO' EM CAMPO
GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

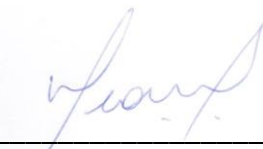
APROVADO EM: 28/11/2016



Profa. Me. Emilia Alibio Oppliger (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Profa. Dra. Daniela Sottili Garcia
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)



Prof. Dr. Waldir Leonel
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

A865e Assis, Amanda Maciel

Estudo de caso: o potencial turístico do 'Céuzinho' em
Campo Grande, Mato Grosso do Sul/ Amanda Maciel Assis.
Campo Grande, MS: UEMS, 2016.
77p. ; 30cm.

Monografia (Graduação) – Turismo – Universidade Estadual
de Mato Grosso do Sul, 2016.
Orientadora: Profa. Msc. Emilia Alibio Oppliger.

1. Campo Grande 2. Turismo de natureza 3. Turismo de
aventura. I. Título.

CDD 23.ed. 796.5

Sou feita de retalhos

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.

Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade... que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz de pedaços de outras gentes que vão se tomando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados... haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim.

Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de 'nós'.

Cora Coralina

RESUMO

O turismo promove o desenvolvimento local ao ampliar as oportunidades econômicas e sociais dos cidadãos residentes da localidade visitada. No entanto para a efetividade das atividades turísticas é necessário que haja potencial turístico na localidade. De forma que a ausência deste elemento impossibilita ou mesmo dificulta a promoção do turismo, pois, para o visitante não há nada que o mantenha na localidade. Desta maneira o objetivo desta pesquisa foi analisar o potencial turístico da região do 'Céuzinho', área de representatividade natural localizada na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA do Ceroula, zona rural de Campo Grande. Além disso, verificar como esse espaço tem sido utilizado pelo Turismo, em especial o Turismo de Natureza e o Turismo de Aventura; e acompanhar o processo de regularização pelo qual a unidade de conservação APA do Ceroula estava passando. Os métodos utilizados foram a inventariação associado à ferramenta de hierarquização, para análise do potencial do 'Céuzinho'; visitas *in loco*, registros fotográficos, entrevistas e análise documental. Concluiu-se que a região do 'Céuzinho' apresenta alto potencial turístico. E o processo de regularização da APA do Ceroula não foi concluído com a apresentação do Plano de Manejo, até o final desse estudo.

Palavras-chave: Potencial turístico; APA do Ceroula; Turismo de aventura; Turismo de natureza; Campo Grande.

ABSTRACT

Tourism promotes local development by broadening the economic and social opportunities of citizens residing in the locality visited. However for the effectiveness of the tourist activities it is necessary that there is tourist potential in the locality. So that the absence of this element makes it impossible or even difficult to promote tourism, because for the visitor there is nothing to keep it in the locality. In this way the objective of this research was to analyze the tourist potential of the 'Céuzinho' region, an area of natural representation located in the Environmental Protection Area of Ceroula Stream - APA do Ceroula, rural area of Campo Grande. Also, check how this space has been used by Tourism, especially Nature Tourism and Adventure Tourism; And to follow the regularization process by which the APA conservation unit of Ceroula was passing. The methods used were the inventory associated to the hierarchical tool, to analyze the potential of 'Céuzinho'; Visits in loco, photographic records, interviews and documentary analysis. It was concluded that the 'Céuzinho' region presents high tourist potential. And the process of regularization of the APA of Ceroula was not concluded with the presentation of the Management Plan, until the end of this study.

Keywords: Tourism potential; Ceroula APA; Adventure tourism; Nature tourism; Large field.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema	13
1.2 Justificativa	14
1.3 Área de Estudo	14
1.4 Objetivo	15
1.4.1 Geral	15
1.4.2 Específicos.....	15
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO	16
2.1 Unidade de Conservação ‘APA do Ceroula’	16
2.2 Localização e limites.....	17
2.3 Relevo.....	19
2.4 Hidrografia	20
2.5 Clima, Flora e Fauna	21
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
3.1 Turismo.....	25
3.1.1 Turismo de massa.....	26
3.1.2 Unidades de Conservação	27
3.1.3 Área de Proteção Ambiental e Turismo.....	29
3.1.4 Turismo de natureza	30
3.1.5 Ecoturismo	30
3.1.6 Turismo de aventura	31
3.2 Atrativos turísticos	33
3.3 Potencial turístico	33
3.4 Metodologia	34
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
4.1 Inventário da oferta turística APA do Ceroula.....	37
4.1.1 Informações gerais.....	37
4.1.2 Funcionamento.....	39
4.1.3 Características	39
4.1.4 Proteção.....	40
4.1.5 Estado Geral de Conservação	40
4.1.6 Acessibilidade	41
4.1.7 Observações	41
4.1.8 Referências	43
4.2 Potencial turístico	43
4.3 Entrevistas.....	47
4.4 Processo de Regularização da APA do Ceroula	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
6. REFERÊNCIAS.....	54
7. ANEXOS.....	58
8. APÊNDICES.....	76

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	APA do Ceroula, localização da região do 'Céuzinho'.....	17
FIGURA 2	Distância entre as regiões do 'Céuzinho' e do 'Inferninho'.....	18
FIGURA 3	Acesso ao 'Céuzinho'.....	19
FIGURA 4	Relevo da APA do Ceroula.....	20
FIGURA 5	Bacia Hidrográfica do Ceroula.....	21
FIGURA 6	Sinalização propriedades privadas.....	37
FIGURA 7	Sinalização região do Inferninho.....	37
FIGURA 8	Pontos de Referências para APA do Ceroula.....	39
FIGURA 9	Lixo na APA do Ceroula.....	40
FIGURA 10	Práticas para a conservação.....	40
FIGURA 11	Estado geral de conservação (APA do Ceroula, região do 'Céuzinho').....	41
FIGURA 12	Localização das cachoeiras da região do 'Céuzinho'.....	42
FIGURA 13	Uso do espaço na região do 'Céuzinho' - fluxo turístico.....	44
FIGURA 14	Paisagem circundante do 'Céuzinho'.....	45
FIGURA 15	Micro anel rodoviário.....	46
FIGURA 16	<i>Hiking</i> na Região do 'Céuzinho'.....	48
FIGURA 17	Rapel na Região do 'Céuzinho'.....	49
FIGURA 18	<i>Hiking</i> na Região do 'Céuzinho'.....	50

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	Espécies da herpetofauna e mastofauna na região da APA do Ceroula.....	22
QUADRO 2	Espécies da avifauna registrada na região da APA do Ceroula.	22
QUADRO 3	Atividades de Turismo de aventura.....	32
QUADRO 4	Critérios e valores para a hierarquização de atrativos.....	35
QUADRO 5	Desenvolvimento do potencial de um atrativo turístico.....	35
QUADRO 6	Distâncias entre locais de transporte, equipamentos e serviços e a APA do Ceroula.....	38
QUADRO 7	Valores atribuídos para a região do 'Céuzinho'	43
QUADRO 8	Resultado da somatória que determina o potencial de atratividade do 'Céuzinho'.....	46
QUADRO 9	Valores de classificação do potencial turístico.....	47
QUADRO 10	Classificação do potencial turístico da região do 'Céuzinho'.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CICATUR	Centro Interamericano de Capacitação Turística
DETRAN-MS	Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INVITUR	Inventário da Oferta Turística
MS	Mato Grosso do Sul
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
PDTIS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SEMADUR	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SEPROTUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SISGRAN	Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação

INTRODUÇÃO

Turismo é uma atividade que possibilita oportunidades de desenvolvimento social, fortalecimento econômico, preservação cultural e ambiental. Para tanto, faz-se necessário o investimento no preparo da comunidade receptora, das organizações, bem como, das localidades envolvidas com o Turismo.

Durante as seis últimas décadas, o turismo passou por uma contínua expansão e diversificação, convertendo-se em um dos setores econômicos de maior envergadura e crescimento. Deste modo, a atividade turística torna-se propícia para o desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e político da sociedade local, em âmbito governamental e privado. De cada onze empregos, um está ligado ao Turismo, contribuindo com uma parcela de 9% do PIB mundial, em impacto direto, indireto e induzido. Estas características são incentivadoras no que concerne à aplicabilidade do Turismo como fonte de renda para sociedade, empresas privadas e governo (OMT, 2014).

O Turismo é uma atividade que se caracteriza por uma ampla segmentação, possibilitando, desta forma, o atendimento a distintos objetivos, de acordo com o perfil de cada indivíduo da sociedade. Dentre os segmentos existentes, este trabalho aborda os segmentos de Turismo de natureza e Turismo aventura, tendo como cenário principal a natureza, componente chave no desenvolvimento do setor turístico no mundo. O Brasil abriga uma diversidade de recursos naturais, fator que produziu a elevação do percentual de estrangeiros que viajam a lazer para o país, motivados pelos atrativos naturais passando de 12,8% em 2014 para 15,7% em 2015 (BRASIL, 2016).

Localizado na região central do Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul é conhecido por seus recursos naturais, destacando-se como destino de natureza, sendo referência nacional e internacional em Ecoturismo e Turismo de Aventura. A região é formada pelos biomas Cerrado, Pantanal e pontos de Mata Atlântica. O Cerrado é a segunda maior formação vegetal brasileira, com diversas fisionomias como cerradão, cerrado, mata ciliar, mata de galeria, campo sujo, campo rupestre, campo limpo, parque de cerrado, palmeiral e vereda, áreas de grande importância

para o país por abrigar uma grande parcela da biodiversidade (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Mato Grosso do Sul é reconhecido como melhor destino de Ecoturismo e Turismo de Aventura. A cidade de Bonito recebeu em 2015, pela 14^o vez o título de 'Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil' - Prêmio O Melhor destino de viagem de Ecoturismo 2015/2016. Esse prêmio representa o reconhecimento pelo êxito na utilização dos seus recursos naturais no Turismo, de forma a contribuir na conservação e na utilização sustentável, econômica e turística dos recursos naturais, propiciando um cenário adequado para o desenvolvimento do Turismo (VIAGEM E TURISMO, 2015).

Campo Grande, capital do Estado, apresenta uma configuração natural de planaltos e cerrado, composto por numerosos corpos d'água, potenciais cenários do fenômeno turístico. O município ocupa 2,26% da área total do Estado, possui 8.092,95 km². Sua área urbana de 359,03 km² representa 4,43% do território municipal. Os demais 95,57% do território são definidos como área rural (Planurb, 2015).

A região contemplada neste estudo situa-se na área rural de Campo Grande, mais exatamente na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA do Ceroula, porção norte do município. Distante 13,5 km do centro urbano, a região do 'Céuzinho' é uma oportunidade e uma opção para os cidadãos e visitantes de Campo Grande de desfrutar do contato com a natureza, cenário cada dia mais escasso nos centros urbanos. Essa área conta com alguns recursos hidrográficos importantes como cascatas e três cachoeiras, que são a principal característica da região do 'Céuzinho' (GONÇALVES, 2002).

1.1 Problema

Qual o potencial turístico da região do 'Céuzinho', situado dentro da Área de Proteção Ambiental Bacia do Córrego Ceroula, Campo Grande - MS, e como esse espaço vem sendo utilizado pelo Turismo?

1.2 Justificativa

A proximidade entre o ambiente urbano e o ambiente natural conservado é um fator favorável ao deslocamento das pessoas que querem sair da rotina de trabalho e utilizar seu tempo livre, muitas vezes demasiado curto, em contato com a natureza. Outro fator propício para fomentar o turismo é que essas áreas apresentem qualidade ambiental, com recursos naturais conservadas e paisagens distintas, indispensável para qualquer modalidade de turismo ligado à natureza. A área escolhida para a realização dessa pesquisa faz parte da zona rural da capital de Mato Grosso do Sul e guarda recursos naturais conservados.

A área em questão apresenta um potencial que, todavia, não foi mensurado. Não há trabalhos sobre o 'Céuzinho' desenvolvidas a partir do caráter turístico da região. Apesar disso, algumas empresas de turismo de aventura exploram o local através de atividades organizadas e esta pesquisa investigará de que forma o turismo está sendo realizado na região do Céuzinho.

A determinação do potencial turístico dessa região poderá ampliar a oferta turística de Campo Grande e servir de subsídio para projetos que conjuguem conservação ambiental e turismo de aventura ou turismo de natureza. Além disso, o resultado desse trabalho pode contribuir para que outras ações voltadas para a conservação e empreendedorismo sejam propostas com intuito de incentivar e ampliar a atividade turística no local, especialmente o turismo de aventura.

1.3 Área de Estudo

A APA do Ceroula localiza-se na zona rural, ao norte do perímetro urbano do município de Campo Grande, saída para a cidade de Rochedo. Soma uma área total de 66.954 hectares. Está compreendida entre as coordenadas geográficas 20°23'39.7" latitude Sul e 54°41'09.1" longitude Oeste.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Analisar o potencial turístico do “Céuzinho” e o uso do espaço territorial pelo Turismo.

1.4.2 Específicos

- Realizar o inventário da oferta turística dos atrativos naturais compreendidos na região do ‘Céuzinho’, Campo Grande.
- Investigar de que forma atividades turísticas estão sendo desenvolvidas na região do ‘Céuzinho’ por empreendimentos locais.
- Acompanhar o processo de regularização da APA Bacia do Córrego Ceroula, em conformidade com as normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como fator de fortalecimento para a continuidade da realização das atividades turísticas.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 Unidade de Conservação 'APA do Ceroula'

A Unidade de Conservação (UC), atualmente conhecida como APA do 'Ceroula', tem sua primeira fase de planejamento no ano de 1994, através da carta-consulta do projeto 'Implantação da Unidade de Conservação da Sub-Bacia do Córrego Ceroula e da Bacia do Alto Paraguai'. Nesse projeto, a Prefeitura Municipal de Campo Grande destinou a carta-consulta ao Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, onde consta a proposta de transformar parte da Bacia do Ceroula em parques e APAs, unidades de conservação públicas. Entretanto, não há informações sobre a continuidade desta proposta (GONÇALVES, 2002).

No ano de 2000, por meio do pedido de licenciamento ambiental referentes às obras do trecho norte do macro anel rodoviário de Campo Grande, ideia semelhante foi proposta com intento de criar a APA Furnas do Ceroula, que incorporasse toda a Bacia do Alto Paraguai localizada em Campo Grande. No mesmo ano, a proposta foi englobada na Lei nº 3.772, de 18 de julho, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2001", contando a ação "Estudos, reuniões comunitárias e seminários para criação da Área de Proteção da Bacia Hidrográfica do Ceroula e do Parque Municipal do Inferninho" (GONÇALVES, 2002).

Tendo todas as tentativas anteriores fracassadas, em 2001 a Prefeitura Municipal de Campo Grande cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula. Por meio do Decreto nº 8.264, de 27 de julho de 2001 (CAMPO GRANDE, 2001) e, de acordo com o Art. 1º:

Fica criada a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA do Ceroula - com área de aproximadamente 66.954 ha (sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro hectares), compreendida pela porção da bacia de drenagem do Córrego Ceroula existente no território do Município de Campo Grande.

Ainda segundo esse Artigo, a APA do Ceroula deve seguir quatro finalidades para a implantação administração e consolidação da mesma, baseando-se na 1) recuperação, proteção e conservação dos cursos d'água que compõem a Bacia do

Córrego Ceroula; 2) protegendo os ecossistemas locais, suas paisagens notáveis, o solo e demais atributos considerados relevantes; 3) resguardar e valorizar aspectos culturais e históricos ligados às comunidades locais e também à região; 4) promover programas, projetos e ações de gestão e manejo de área que ajudem com a sustentabilidade econômica e social de atividades e empreendimentos compatíveis com as finalidades anteriores (CAMPO GRANDE, 2001).

2.2 Localização e limites

A região do 'Céuzinho' localiza-se na área rural de Campo Grande, dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula - APA do Ceroula, porção norte do município (Figura 1), limitando-se com os municípios de Jaraguari, Rochedo e Terenos.

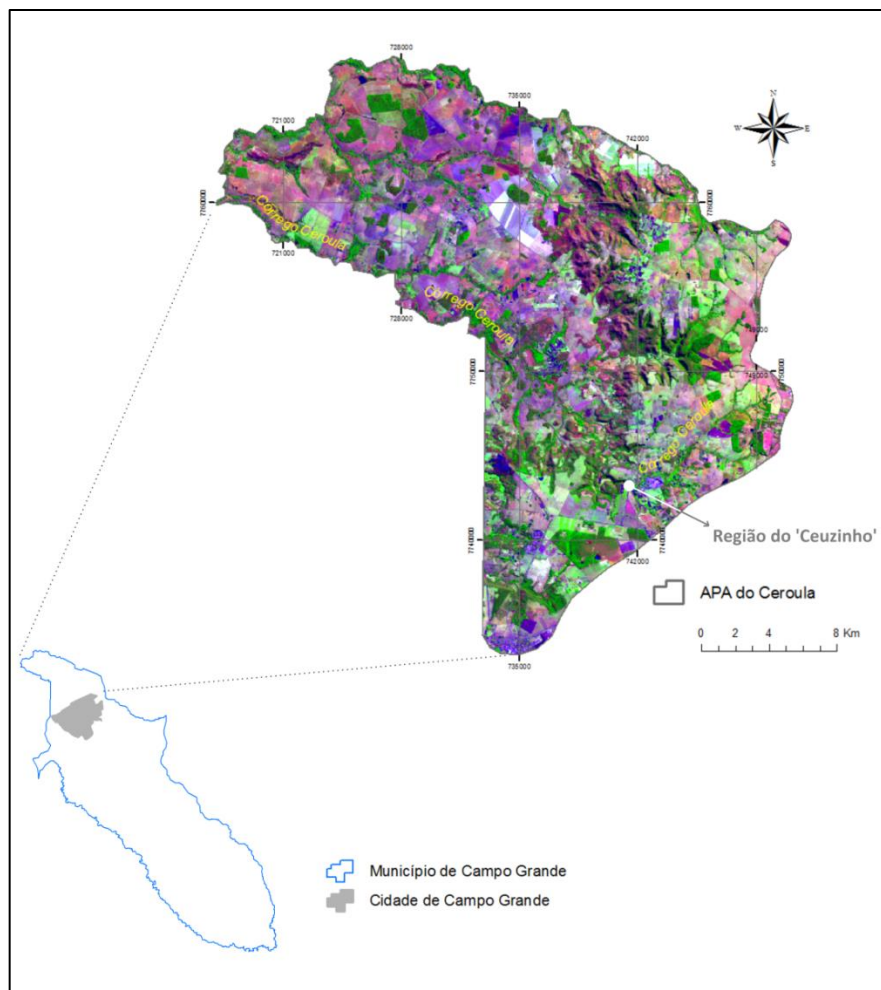


Figura 1 - APA do Ceroula, localização da região do 'Céuzinho'
Fonte: PIRAJÁ, R. V., 2016

Apesar da proximidade (3,08 km), é uma região distinta da região do 'Inferninho' (Figura 2).

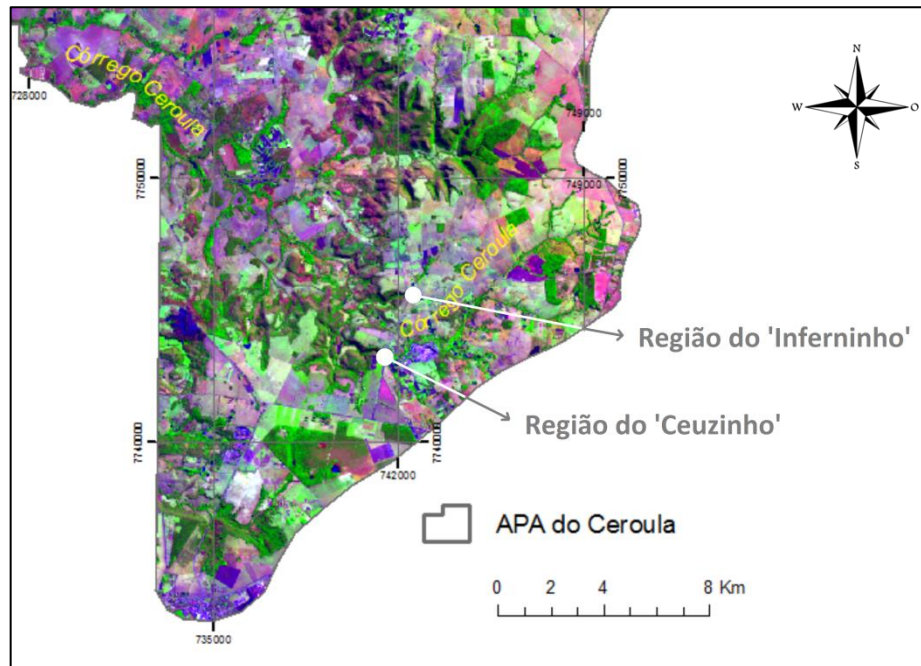


Figura 2 - Distância entre as regiões do 'Céuzinho' e do 'Inferninho'
 Fonte: PIRAJÁ, R. V., 2016

Está a 13,5 km de distância do centro urbano de Campo Grande (referência de ponto central: praça Ary Coelho). O acesso para a região do 'Céuzinho' é feito pelo macro anel rodoviário que liga BR-262 e BR-263 (Figura 3), trecho que liga as rodovias MS-080 (estrada para Rochedo) e MS-010 (estrada para Rochedinho). Localiza-se a 4,23 km de distância da sede do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-MS (Rodovia MS-080, s/n^o).

O Inferninho, assim conhecido, devido ao córrego de mesmo nome, possui como característica a precipitação do córrego que forma uma queda livre, com altura de 35 metros. Apresenta formação de vale, sendo inicialmente estreito com alargamento progressivo (JAFAR *et al*, 2012). A localização desta cachoeira fica a certa distância (3,08 km) do 'Céuzinho'. Contudo, sua proximidade contribui com a denominação da região, visto que, os dois nomes são antagônicos, marcando assim o contraponto entre uma cachoeira e a outra (CAMPO GRANDE NEWS, 2013).



Figura 3 - Acesso ao 'Céuzinho'
 Fonte: IBAMA, 2016, adaptado pela AUTORA

2.3 Relevo

O município de Campo Grande encontra-se inserido na região geomorfológica 'Região dos Planaltos Arenítico-Basálticos Interiores', mais precisamente na porção denominado 'Planalto de Maracaju-Campo Grande', assentado sobre a Formação Serra Geral, além das Formações Caiuá e Botucatu, presentes em menor extensão (Planurb, 2015).

As Formações Serra Geral e Botucatu pertencem ao Grupo São Bento, que tem sua origem na Era Mesozoica nos períodos Jurássicos e Triássico, entre 141 milhões e 230 milhões de anos atrás. Esta formação difere da Formação Caiuá, que faz parte do Grupo Bauru, com surgimento na mesma Era, porém no Período Cretáceo, entre 65 milhões e 141 milhões de anos passados (GONÇALVES, 2002).

As formas do relevo, conseqüentes do trabalho produzido pelos agentes erosivos, apresentam topos (parte mais alta da área), no formato tabular, com áreas praticamente planas a suavemente onduladas (PIRAJÁ; SILVA; 2014).

Apenas na porção noroeste do município, encontram-se topos colinosos e uma frente de 'cuestas', que compõem a, popularmente, conhecida Serra de Maracaju (Figura 4). O surgimento destas cuestas é descrito após a formação da depressão do Alto Paraguai. No período após o Cretáceo Superior, fenômenos erosivos levaram às camadas paleozoicas mais recentes e os derrames basálticos a constituírem elevadas linhas de cuestas (ALMEIDA, 1949 *apud* GONÇALVES, 2002).

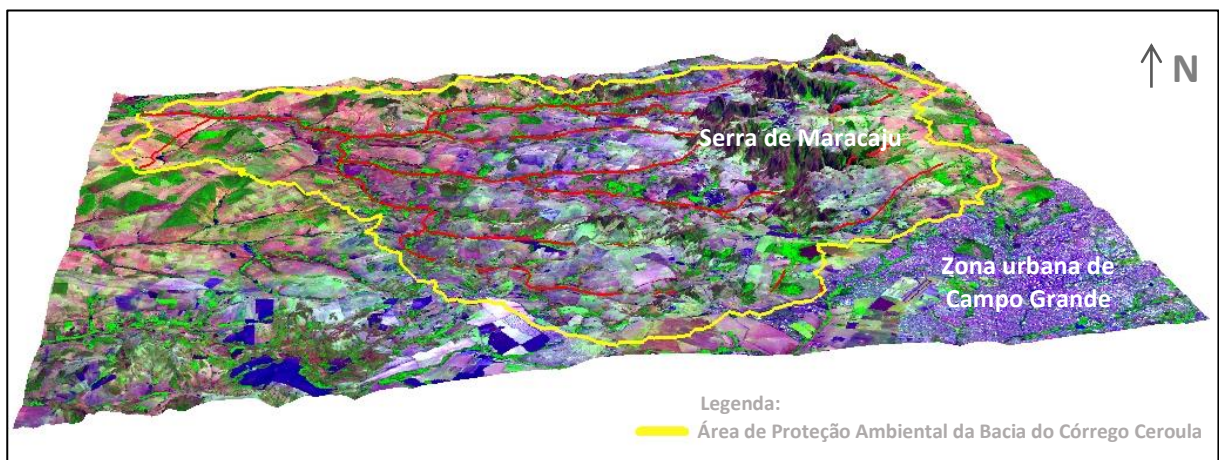


Figura 4 - Relevo da APA do Ceroula
Fonte: PIRAJÁ, R. V., 2016

2.4 Hidrografia

A cidade está situada predominantemente na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, assim como, parte do território do município encontra-se localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, sendo esta a região noroeste da cidade, onde situa se os córregos Mateira, Ceroula e Angico. A capital tem como principal curso d'água o Rio Anhanduí, tendo como seus afluentes maior parte dos corpos d'água, que somam ao todo dois rios e vinte córregos (Planurb, 2015).

A região da APA do Ceroula compõe a maior parte da rede de drenagem da Bacia Hidrográfica do Córrego Ceroula, com parcelas territoriais dos municípios vizinhos Jaraguari Rochedo e Terenos (Figura 5). A região é a única na cidade de Campo Grande que possui nascente com drenagem para o Pantanal, compondo a Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (PIRAJÁ; SILVA, 2014).

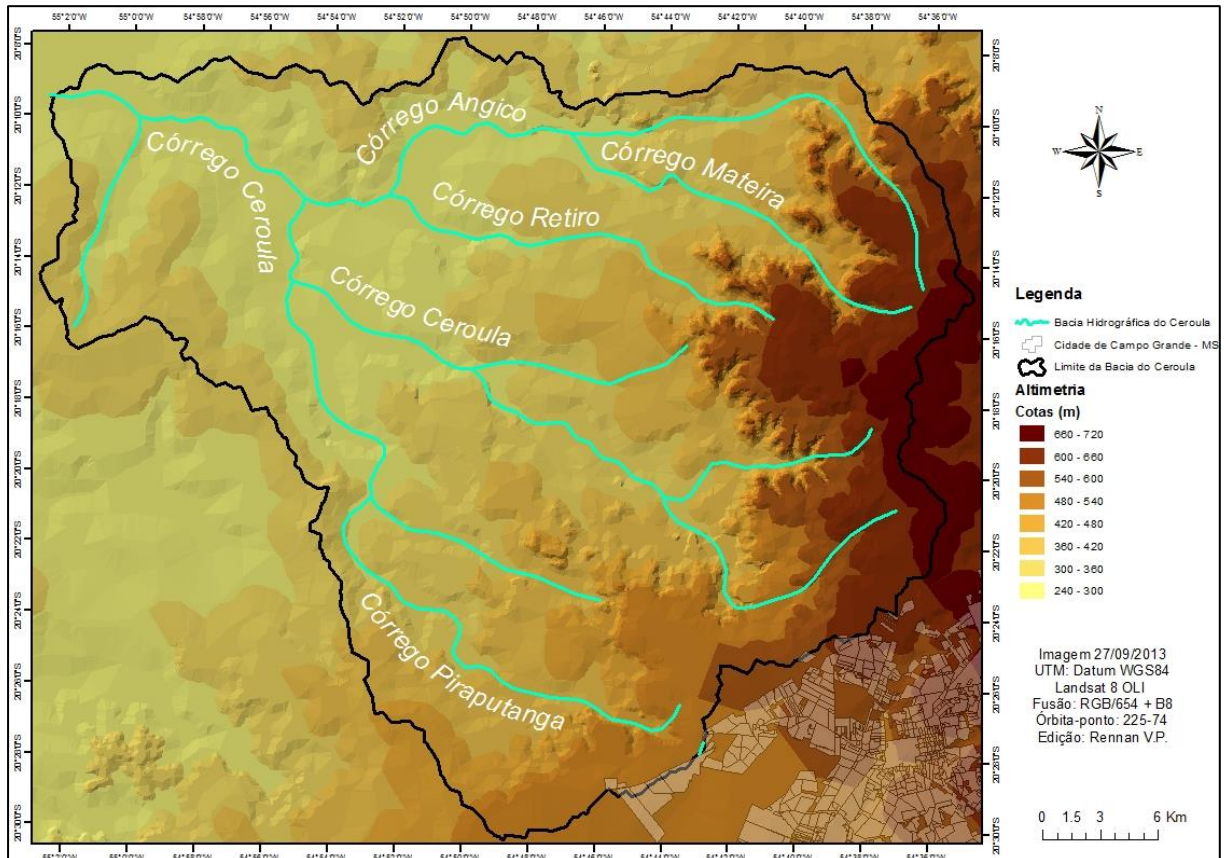


Figura 5 - Bacia Hidrográfica do Ceroula
 Fonte: PIRAJÁ, R. V., 2013

O córrego Ceroula possui como afluentes os córregos Inferninho, Limpo, Seco e Piraputanga, Angico, Retiro e Mateiro. Dentre estes os córregos Ceroula e Piraputanga possuem nascentes na APA do Ceroula, estando enquadrados pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental por meio da Resolução nº 003/97 como pertencentes à Classe Especial, sendo considerados suas águas como itens de preservação do equilíbrio natural das comunidades aquáticas (GONÇALVES, 2002).

2.5 Clima, Flora e Fauna

Campo Grande situa-se na faixa de transição entre o subtipo mesotérmico úmido sem estiagem ou pequena estiagem e o subtipo tropical úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. O município localiza-se na zona neotropical pertencente à região do Cerrado, constituindo um conjunto de formas com principais fisionomias: Campo Limpo, Campo Sujo, Cerrado, Cerradão, além de mata ciliar e

áreas de Tensão Ecológica, representadas pelo contato Cerrado/Floresta Estacional Semidecidual (Planurb, 2015).

O Cerrado é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, com mais de 6.000 espécies de árvores e 800 espécies de aves, além de uma ampla variedade de peixes e outras formas de vida. É considerado um dos *hotspots* mundiais, ou seja, é um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta. É o segundo maior bioma em termos de área e está localizado no Planalto Central do Brasil, cobrindo 25% do território nacional (BRASIL, 2007).

A região da APA do Ceroula conta com grande quantidade de espécies florísticas, dentre elas: cedro, araticum, faveiro-doce, jatobá-do-cerrado, capitão-do-cerrado, pau-terra (MRS ESTUDOS AMBIENTAIS, 1999 *apud* GONÇALVES, 2002). Além delas, muitas espécies da herpetofauna (répteis e anfíbios), mastofauna (mamíferos) (Quadro 1) e avifauna (Quadro 2) também são registradas nessa região.

Herpetofauna		Mastofauna	
Nome popular	Nome científico	Nome popular	Nome científico
Caninana	<i>Lysthropis mattogrossensis</i>	Bugio	<i>Aloiatta caraya</i>
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>	Capivara	<i>Hydrochaeris hydrocharis</i>
Coral-verdadeira	<i>Micrurus frontalis</i>	Coati	<i>Nasua nasua</i>
Falsa-coral	<i>Oxyrhopus sp.</i>	Gambá	<i>Didelphis albiventris</i>
Falsa-rã	<i>Pseudis paradoxa</i>	Lobinho	<i>Cerdocyon thous</i>
Perereca	<i>Scinax fuscovarius</i>	Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>
Sapo-cururu	<i>Bufo paracnemis</i>	Macaco-prego	<i>Cebus apela</i>
Sucuri	<i>Eunectes sp.</i>	Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga trydactyla</i>
Teiú	<i>Tupinambis spp.</i>	Tatu-galinha	<i>Dasyus novemcinctus</i>

Quadro 1 - Espécies da herpetofauna e mastofauna na região da APA do Ceroula

Fonte: MRS ESTUDOS AMBIENTAIS, 1999 *apud* GONÇALVES, 2002

Avifauna	
Nome popular	Nome científico
Alma-de-gato	<i>Playa cayana</i>
Ananai	<i>Amazonetta brasilienses</i>
Anu-branco	<i>Guira guira</i>
Anu-preto	<i>Crotophaga ani</i>
Araçari-castanho	<i>Pteroglossus castanotis</i>
Arara-canindé	<i>Ara ararauna</i>
Ariramba	<i>Galbula ruficauda</i>
Asa-branca	<i>Patagioneas picazuro</i>
Avoante	<i>Zenaida airoculata</i>

(continua)

(continuação)

Batuqueiro	<i>Saltatrix atricollis</i>
Bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>
Bentevizinho-de-asa-ferrugínea	<i>Myiozetetes cayanensis</i>
Besourinho-de-bico-vermelho	<i>Chlorostilbon lucidus</i>
Canário-da-terra	<i>Sicalis flaveola</i>
Canário-do-campo	<i>Emberizoides herbicola</i>
Carcará	<i>Caracara plancus</i>
Catatau	<i>Campylorhynchus turdinus</i>
Choca-barrada	<i>Thamnophilus doliatus</i>
Chupim	<i>Molothrus banariensis</i>
Choquinha-lisa	<i>Dysithamnus mentalis</i>
Choró-boi	<i>Taraba major</i>
Chorozinho-de-bico-comprido	<i>Hepsilochmus longirostris</i>
Cisqueiro-do-rio	<i>Clibanornis rectirostris</i>
Coleirinho	<i>Sporophila caerulea</i>
Coró-coró	<i>Mesembrinus cayennensis</i>
Coruja-buraqueira	<i>Athene cuninularia</i>
Curica	<i>Amazona amazônica</i>
Curicaca	<i>Theristicus caudatus</i>
Curutié	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>
Ferreirinho-relógio	<i>Todirostrum cinereum</i>
Filipe	<i>Myiophobus fasciatus</i>
Fim-fim	<i>Euphonia chlorotica</i>
Fogo-apagou	<i>Columbina squammata</i>
Freirinha	<i>Arundinicola leucocephala</i>
Garça-branca	<i>Ardea alba</i>
Garça-branca-pequena	<i>Egretta thula</i>
Garrincho-de-barriga-vermelha	<i>Cantorchilus leucotis</i>
Gavião-caboclo	<i>Heterospizias meridionalis</i>
Gavião-carijó	<i>Rupornis magnirostris</i>
Graveteiro	<i>Phacellodomus ruber</i>
Guaracava-de-barriga-amarela	<i>Elaenia flavogaster</i>
Jaó	<i>Crypturellus undulatus</i>
Jacapanim	<i>Donacobius atricapilla</i>
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>
João-de-pau	<i>Phacellodomus rufifrons</i>
Juriti-pupu	<i>Leptotila verreauxi</i>
Maracanã-do-buriti	<i>Orthopsittaca manilatus</i>
Maracanã-pequena	<i>Diopsittaca nobilis</i>
Maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	<i>Myiarchus tyrannulus</i>
Martim-pescador-verde	<i>Chloroceryle amazona</i>
Noivinha-branca	<i>Xolmis velatus</i>
Pássaro-preto	<i>Gnorimopsar chopi</i>
Perdiz	<i>Rhynchotus rufescens</i>
Pica-pau-branco	<i>Melanerpes candidus</i>
Pitiguari	<i>Cyclarhis gujanensis</i>
Pomba-galega	<i>Patagioenas cayennensis</i>
Príncipe	<i>Pyrocephalus rubinus</i>
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>
Rabo-branco-acanelado	<i>Phaethornis pretrei</i>
Rolinha	<i>Columbina talpacoti</i>
Sabiá-branco	<i>Turdus leucomelas</i>
Sabiá-do-campo	<i>Mimus saturninus</i>
Sabiá-gongá	<i>Saltator coerulescens</i>
Sabiá-laranjeira	<i>Turdus rufiventris</i>
Saí-andorinha	<i>Tersina viridis</i>

(continua)

(continuação)

Seriema	<i>Cariama cristata</i>
Suiriri-cavaleiro	<i>Machetornis rixosa</i>
Tesoura-do-brejo	<i>Gubernetes yetapa</i>
Tico-tico-do-campo	<i>Ammodramus humeralis</i>
Tiziu	<i>Volatinia jacarina</i>
Tucanuçu	<i>Ramphastos toco</i>
Udu	<i>Momotus momota</i>
Urubu	<i>Coragyps atratus</i>

Quadro 2 - Espécies da avifauna registrada na região da APA do Ceroula

Fonte: BENITES, M; MAMEDE S; MELO M; MELO G. - *Táxeus*, 2016

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Turismo

Turismo, fenômeno mundial, em outros tempos já foi conceituado como movimento ocasionador do abandono temporário do lugar de residência permanente por motivos de espírito, corpo ou profissão (ANDRADE, 2002). Já de acordo com Oscar de La Torre (1992), Turismo é um fenômeno social que envolve o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos, por razões de recreação, descanso, cultura ou saúde deixando seu local de moradia habitual por outro, onde não haverá nenhuma atividade lucrativa ou remunerada gerando relações de caráter social, econômico e cultural. Beni (2008, p. 37) conceitua Turismo como:

[...] um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade competitivos.

Um dos conceitos mais reconhecidos no mundo, dado pela OMT (2001) define o Turismo como “atividades realizadas no decorrer de viagens com estadia em locais diferentes do seu habitual, por tempo menor que um ano, com intuito de lazer, negócios ou outros”. Segundo as Nações Unidas (2008), o setor turístico pode ser visto como:

[...] um fenômeno impulsionado pela demanda, [que] se refere às atividades de visitantes e ao seu papel na aquisição de bens e serviços. Também pode ser considerado do ponto de vista da oferta, caso em que o turismo significa um conjunto de atividades produtivas projetado para atender principalmente os visitantes. O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que desenvolve o movimento de pessoas.

Muitas são as definições para o Turismo. Não é possível escolher um conceito ou outro como errôneo ou mesmo inadequado, pelo simples fato do Turismo estar praticamente ligado a todos os setores da atividade social humana,

assim, todos os conceitos podem ser corretos, encontrando-se estas definições determinadas pelo campo de estudo específico (BENI, 2008).

Similar a essa situação, que permite inúmeras possibilidades de conceitos, os segmentos das atividades turísticas são diversos e classificados de acordo com suas principais características como Turismo de Sol e Praia, Turismo Cultural, Turismo de Pesca, Turismo de Massas, Turismo Gastronômico, Turismo de Natureza, sendo alguns dos que possuem particularidades que não permitem serem confundidos. No caso específico do Turismo de Natureza, ele enquadra em suas características alguns outros segmentos, como Ecoturismo e Turismo de Aventura (PANOSSO NETTO; ANSARAH, 2009).

3.1.1 Turismo de massa

O turismo de massa pode ser caracterizado como o deslocamento de grandes quantidades de pessoas. Situação que difere do turismo, visto que esse possui amplo sentido. Suas definições são similares por ocasionarem o movimento de pessoas para determinados destinos. Contudo, o segundo não estabelece números quanto aos viajantes que realizam o deslocamento (PANAZZOLO, 2005). O turismo de massa também pode ser configurado como segmento realizado quando existe elevada demanda de visitação a determinados locais (BARRETO, 2001).

Cruz (2003) define turismo de massa, como:

Uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos de viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje.

Este tipo de turismo se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial. Houve o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações, resultantes dos avanços tecnológicos e científicos da época. Além disso, a expansão da economia mundial possibilitou a emergência de segmentos sociais beneficiários do processo desenvolvimentista, assim como as conquistas trabalhistas da época, oportunidade para outras classes, além da elite, desfrutarem do consumo de bens e serviços (PIRES, 2002).

Esse desenvolvimento socioeconômico e tecnológico impulsionou o setor de viagens, que foi alavancado pelo surgimento das empresas turísticas e pela organização do setor (PANAZZOLO, 2005). Outros elementos que contribuíram para o aumento do consumo do turismo foram o termalismo, cassinismo, paisagismo, montanhismo, empresas, associações e grandes eventos (REJOWSKI, 2002).

A partir dos anos de 1970, os problemas resultantes do turismo de massa passam a ser evidentes: a situação é de desequilíbrio. Suas consequências recaem sobre a estrutura social e econômica das populações anfitriãs e sobre a qualidade ambiental dos destinos escolhidos pelas massas (PIRES, 2002).

O turismo é um fenômeno que ocorre em todo planeta, igualando espaços e ocasionando, assim, o esgotamento de importantes recursos turísticos naturais, culturais e históricos, elementos que são base para sua realização. Dessa forma, o desafio fundamental é desenvolver um turismo de maneira harmoniosa e integrada, para que a atividade não deteriore os processos ecológicos, a diversidade sociocultural e conhecimentos tradicionais, e a conservação da biodiversidade, realizando a inclusão socioambiental de todos envolvidos na atividade (MOURA; MARIANI, 2008).

3.1.2 Unidades de Conservação

Uma das grandes questões acerca do meio ambiente concentra-se na preservação e/ou conservação da natureza. As primeiras iniciativas para a proteção das espécies animais e vegetais em território brasileiro estão fundamentadas na experiência desenvolvida no Parque de *Yellowstone* criado em 1872, nos Estados Unidos. O Parque Nacional do Itatiaia, primeiro parque brasileiro, foi criado em 1937 no estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2008).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 225, estabelece:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O mesmo Artigo, em seu § 1º, inciso III, estabelece que é de responsabilidade do poder público, definir em todas unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos. No Brasil, a estratégia para a conservação de ecossistemas e habitats naturais, assim como para a

manutenção e recuperação de populações de espécies em seus meios, se dá através da criação das Unidades de Conservação.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Essa lei dispõe sobre a estrutura normativa relaciona às Unidades de Conservação - UCs que, de acordo com o inciso I, Art. 2º do Capítulo 1, são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As UCs dividem-se em: 1) Unidades de Proteção Integral e 2) Unidades de Uso Sustentável. O primeiro grupo compreende: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O segundo grupo engloba os outros cinco tipos de UCs: Áreas de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural e Áreas de Proteção Ambiental (BRASIL, 2000).

As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais. Já o objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo aceito apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com ressalva de casos previstos no SNUC e no plano de manejo das UCs (MMA, 2011).

O plano de manejo é o instrumento regulamentador das Unidades de Conservação, definido pela Lei nº 9.985, através do Inciso XVIII, do Art. 2º, do Capítulo 1, como:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Conforme o Art. 27 da mesma lei, fica assegurada a participação da população residente na elaboração, atualização e implementação do plano de

manejo. O prazo estipulado para elaboração do referido instrumento regulamentador é de cinco anos.

De acordo com a legislação vigente pode-se afirmar que é permitido a realização de atividades nas UCs, de forma que contribuam para fomentar o desenvolvimento social, econômico, científico e ambiental, tanto em nível local, quanto nacional, indispensavelmente seguindo os objetos específicos de gestão e usos permitidos de cada categoria do SNUC (GURGEL *et al*, 2009).

No que tange o Turismo, a exploração comercial através da realização de serviços e atividades turísticas é sujeita à autorização mediante os objetivos de cada categoria de unidade. Quando existe o plano de manejo, fica sob previsão do mesmo a permissão do desenvolvimento de serviços em unidades de conservação de domínio público (MMA, 2011).

3.1.3 Área de Proteção Ambiental e Turismo

Área de Proteção Ambiental - APA - é uma das categorias de unidades de conservação, determinada como área constituída por terras públicas e privadas. Tem um conselho como gestor da área, presidido por representantes do órgão responsável por sua administração. Esse conselho deve ser composto por figuras representativas de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente (MMA, 2011).

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral de extensão, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Regulamento).

Algumas das atividades permitidas na Área de Proteção Ambiental podem ser relacionadas à agropecuária, atividades industriais, núcleos populacionais urbanos e rurais. Além disso, pode haver exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços alcançados ou desenvolvidos por meio dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais. Também é permitida a utilização da imagem da Unidade de Conservação não sendo necessários autorização nem pagamento para sua execução (MMA, 2011).

Previsto pelo SNUC, o turismo é uma das principais atividades praticadas em áreas de proteção ambiental, pois utiliza pouca infraestrutura e gera menores

impactos - fator de incentivo à prática da atividade nessa modalidade de UC (COELHO, 2006). A natureza, elemento principal das UCs, é requisito fundamental para o segmento Turismo de natureza.

3.1.4 Turismo de natureza

Turismo de natureza é a prática de atividade turística realizada na simples visita ao espaço natural (MACHADO, 2005). O espaço pode ser entendido de diferentes formas: espaço real, espaço natural adaptado ou espaço turístico. O espaço real caracteriza-se como toda a superfície terrestre e biosfera, sendo facilmente comprovada sua existência, ainda que possa ser modificada pela sociedade. Espaço natural adaptado são partes modificadas da superfície terrestre onde ainda predominam espécies dos reinos vegetal, animal e mineral. Já o espaço turístico é identificado como efeito da presença e da utilização de atrativos turísticos (FERRETTI, 2002).

O contato com a natureza, em geral, proporciona uma fuga da vida cotidiana, especialmente dos aspectos frenéticos e materialistas (SWARBROOKE *et al*, 2003). O Turismo de natureza engloba os segmentos turísticos de Ecoturismo, Turismo de aventura, Turismo educacional, além de diversos outros tipos de experiências advindas do Turismo ao ar livre e alternativo (NASCIMENTO, 2009).

3.1.5 Ecoturismo

O Ecoturismo é uma alternativa ao turismo de massa. Seu surgimento remete aos anos de 1960 e 1970, quando temas ambientais começaram a ser debatidos por pesquisadores e cientistas. A sensibilização mundial para a proteção do ecossistemas naturais e processos ecológicos do planeta desperta para as práticas sustentáveis (PIRES, 2002).

O Ministério do Turismo (2010) define ecoturismo, como:

Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

A prática do ecoturismo compreende a relação com o meio biótico e a biodiversidade, como atrativo turístico (VIANA; NASCIMENTO, 2009). De acordo com Molina (2001) esse tipo de turismo, representa:

Um modelo integral que tem lugar em espaços naturais, principalmente nos protegidos, e que são visitados por turistas com motivações específicas, relacionadas ao funcionamento de ecossistemas, em termos de atividades e temáticas ligadas ao aprendizado e desenvolvimento pessoal altamente especializado, conhecedores das dinâmicas dos ecossistemas e das funções que desempenham na evolução das comunidades com as quais se relacionam. Essas empresas e seus empregados operam com um abundante mercado de informação. Não estão dirigidas à captação e manejo de mercados massivos.

O ecoturismo passou a ser a experiência em ambientes naturais ou remotos, praticado por indivíduos anônimos de todas as condições sociais com suas expectativas vivências, sendo os acontecimentos precursores do ecoturismo como hoje é conhecido (PIRES, 2002).

Esses turistas possuem elevada consciência ambiental e buscam experiências únicas, sempre pensando na conservação dos recursos ambientais, históricos e culturais, envolvendo a comunidade, para que esta se beneficie com o desenvolvimento sustentável (MTur, 2010).

3.1.6 Turismo de Aventura

Para melhor compreensão desse segmento, é importante identificar as raízes da palavra 'aventura'. Derivada do latim '*adventura*' significa 'o que há por vir' (UVINHA, 2005). Para o Ministério do Turismo (2005) é o:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte de recreação, ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural.

O turismo de aventura está ligado às emoções despertadas pela proximidade da natureza, vivenciando de fato uma aventura, com mochilas nas costas, atravessando rios, subindo montes e não sentado observando a paisagem dentro de um ônibus rodando por estradas asfaltadas (MORAIS, 2011).

Turismo de aventura também é uma representação de experiências com grau de risco e incerteza, entendendo a atração como novidade e desafio, características esperadas pelos turistas quando se fala em aventura Ferreira (1999, *apud* UVINHA, 2005).

Atualmente, o turismo de aventura forma um dos segmentos mais conhecidos e com maior potencial de desenvolvimento do setor em todo o mundo.

Da mesma forma, vem assumindo papel fundamental no crescimento turístico do Brasil. De acordo com projeções da OMT (2005) o segmento está entre os mais importantes do cenário turístico de 2020.

Diversas são atividades podem ser praticadas no Turismo de Aventura (Quadro 3).

Atividade	Descrição
Arvorismo	Locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas.
<i>Boia cross</i>	Atividade praticada em mini bote inflável, onde a pessoa se posiciona de braços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da boia e os pés na parte final da boia, já praticamente na água.
<i>Bungee jumping</i>	Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade.
Caminhada/ <i>hiking</i>	Caminhada de um dia.
Caminhada de longo curso/ <i>trekking</i>	Caminhada em ambientes naturais envolvendo pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros.
Cavalgada	Percurso em vias convencionais e não convencionais em montaria.
Cicloturismo	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
<i>Duck</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos com capacidade para até duas pessoas.
Escalada	Ascensão de montanhas, paredes ou bloco rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos.
Espeleoturismo	Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente em caráter recreativo e de finalidade turística.
Mergulho autônomo turístico	Produto turístico em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado.
Paraquedismo	Salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrisagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de aventura é caracterizado pelo salto duplo.
<i>Rafting</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis.
<i>Rapel</i>	Produto turístico em que a atividade principal é a descida, em ambientes secos, em corda utilizando procedimentos e equipamentos específicos.
Tirolesa	Produto que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.
Voo livre (asa-delta ou parapente)	Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa-delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos.

Quadro 3 - Atividades de Turismo de aventura

Fonte: BRASIL, 2010

3.2 Atrativos turísticos

Atrativos turísticos são peculiaridades de determinadas áreas como, por exemplo, condições geoecológicas, que se constituem como elementos básicos para identificação de sítios e regiões com potencial para o desenvolvimento do turismo (TULIK, 1993). Dessa forma, elementos básicos do espaço natural como morros, montanhas, serras, encostas, lagos, cursos e quedas d'água, ecossistemas, singularidades biogeográficas são alguns itens relacionados como recursos naturais de interesse turístico, considerados pelo seu potencial para atração turística (FERRETTI, 2002).

Atrativos turísticos podem ser locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas poder conhecê-los (BRASIL, 2007b). Um atrativo pode ser o componente de um destino, qualquer elemento de origem artificial, cultural, natural que esteja em uma área e que possa atrair fluxos de visitantes (VALLS, 2006).

Em virtude dos inúmeros conceitos existentes acerca de atrativos turísticos, suas principais características são identificadas e associadas às categorias: natural, cultural, atividades econômicas, realizações técnicas, científicas e artísticas e eventos programados (MTur, 2007b).

3.3 Potencial turístico

Pode-se compreender potencial turístico como a presença de características específicas que despertam interesse da visita de turistas a determinados locais (FERREIRA; COUTINHO, 2002). Nem todos os recursos possuem o mesmo grau de atratividade. Cada localidade produz um tipo de potencialidade com características que podem gerar desde um grande interesse até a desconsideração do recurso como atrativo (CUNHA, 2008).

Pode ser observado que todo atrativo turístico com alto potencial, possui grande importância, originando o interesse do mercado turístico internacional. Atrativos com potencial intermediário são capazes de atrair em conjunto com outros atrativos próximos, visitantes do próprio país ou estrangeiros. E atrativos com menor potencial, captam turistas que estão na área por outras motivações turísticas, mas ainda podem movimentar fluxo turístico regional e local. Por fim, existem atrativos

que não têm características suficientes para gerar interesse, mas podem complementar locais com maior potencial (MTur, 2007b).

3.4 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, que combina a documentação direta e indireta, com visitas *in loco* e pesquisa documental e bibliográfica; à observação direta intensiva e extensiva, com o uso do formulário e da entrevista. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de julho e setembro de 2016.

Para realizar o inventário da oferta turística da APA do Ceroula, o método utilizado foi a aplicação do formulário C.1.6, da categoria C1- Atrativos Naturais do Projeto Inventário da Oferta Turística (INVITUR), desenvolvido pelo Ministério do Turismo (2011), para o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (ANEXO 1). Trata-se de um método qualitativo para o levantamento de dados sobre a APA do Ceroula que aborda: informações gerais; funcionamento; características; proteção, qualificação, certificação, premiação, destaques e outros; estado geral de conservação; acessibilidade; observações e referências.

Para mensurar o potencial turístico do 'Céuzinho', recorreu-se ao método utilizado pela Organização Mundial do Turismo (OMT); pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) e pelo MTur, no Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (MTur, 2007b). Esse método consiste na hierarquização de atrativos turísticos, de acordo com o potencial de atratividade (ANEXO 2).

Essa mesma metodologia foi utilizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - Seprotur - MS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS/Polo Campo Grande, Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur) para determinar o potencial turístico do atrativo turístico 'Inferninho', região próxima e com características semelhantes ao 'Céuzinho', em Campo Grande (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

A ferramenta de hierarquização apresenta a análise através de sete critérios específicos que são relacionados ao atrativo e seu redor: 1) Potencial de

atratividade, 2) Grau de uso atual; 3) Representatividade; 4) Apoio local e comunitário; 5) Estado de Conservação; 6) Infraestrutura e 7) Acesso (Quadro 4).

	Critérios	Valores			
		0	1	2	3
Hierarquia	1- Potencial de atratividade	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
	2- Grau de uso atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade de fluxo	Grande fluxo
	3- Representatividade	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	4- Apoio local e comunitário	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	5- Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de Conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	6- Infraestrutura	Inexistente	Existe, porém em estado precário	Existente, necessitando intervenções/ Melhorias	Existente e em ótimas condições
	7- Acesso	Inexistente	Em estado precário	Necessitando intervenções/ Melhorias	Em ótimas condições

Quadro 4 - Critérios e valores para hierarquização dos atrativos

Fonte: MTur, 2007b

Em seguida são apresentados valores de 0 a 3, de acordo com determinadas características (Quadro 5).

Hierarquia	Características
3 (Alto)	É todo atrativo excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, de motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (Médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
1 (Baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 (Nenhum)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Quadro 5 - Desenvolvimento do potencial de um atrativo turístico

Fonte: MTur, 2007b

A segunda parte é feita através da atribuição dos valores para cada item dos critérios do atrativo analisado. Os itens '1) Potencial da atratividade' e '3) Representatividade', recebem pontuação em dobro (peso 2), por apresentarem maior significatividade. Por fim, somam-se os pontos. O critério com maior

importância alcança 27 pontos; o critério com menor importância alcança 1 ponto e os critérios sem nenhuma importância, 0 ponto.

Para proceder à identificação das atividades turísticas desenvolvidas nessa região, foram realizadas visitas *in loco* e registro fotográfico. Também foram feitas entrevistas com representantes dos empreendimentos que desenvolvem o turismo de aventura na região do 'Céuzinho' (APÊNDICE 1).

Por fim, para acompanhar o processo de regularização da APA do Ceroula e averiguar a situação político-administrativa da APA, foi feita uma pesquisa documental junto ao Conselho Gestor da unidade de conservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Inventário turístico

Para que o Turismo possa ser desenvolvido com melhor qualidade, se faz necessário a busca por informações a respeito dos elementos e condições que propiciam o desenvolvimento do setor. Sendo o inventário um instrumento valioso para identificar e analisar a oferta turística da localidade, a fim de criar uma base de dados para o planejamento de ações e o uso adequado dos recursos existentes. O formulário subsidia elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, além de propiciar avaliações e estabelecimento de prioridades necessárias para o envolvimento dos meios humanos e econômicos no crescimento do setor.

Desta forma foi aplicado o inventário para a criação e organização de banco de informações, fator que pode contribuir com o desenvolvimento de atividades de turismo na região do 'Céuzinho'.

4.1.1 Informações gerais

A Área de Proteção Ambiental Bacia do Córrego Ceroula, também conhecida como APA do Ceroula, compõe a zona rural de Campo Grande, localizada sob as coordenadas geográficas latitude 20°44'56", longitude 54°68'57". No caminho, não há nenhuma sinalização de acesso referente à APA, somente placas a respeito das propriedades privadas da região (Figura 6). Sinalização turística só existe nas proximidades do 'Inferninho' (Figura 7).



Figura 6 - Sinalização propriedades privadas
Fonte: Autora, 2015



Figura 7 - Sinalização região do Inferninho
Fonte: Autora, 2015

Nas proximidades da região, em um raio de até quinze quilômetros, existem restaurantes, bares, lanchonetes, mercados, meios de hospedagem, postos de combustível, universidade, atrativos turísticos, entre outros tipos de estabelecimentos (Quadro 6). Na área da APA, existem empresas que realizam a exploração de minério. Também há moradias rurais, fazendas, pesqueiros e estâncias onde se realizam eventos.

Local	Distância (km)
Transporte público urbano coletivo (ponto de ônibus)	4
Transporte público individual (ponto de táxi)	2
Transporte coletivo intermunicipal e interestadual (Terminal Rodoviário de Campo Grande)	13,34
Transporte coletivo interestadual e internacional (Aeroporto)	3
Centro do município de Campo Grande (Praça Ary Coelho)	13,50
Serviço público de atendimento médico	8,5

Quadro 6 - Distâncias entre locais de transporte, equipamentos e serviços e a APA do Ceroula
Fonte: Autora, 2016

Os principais pontos de referência para a localização da Área de Proteção do Córrego Ceroula são (Figura 8):

- Rodovia MS-080 (sentido Campo Grande-Rochedo)
- Sede do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - Detran-MS
- Rodovia MS-010 (sentido Campo Grande- Rochedinho)
- Macro anel (entre BR-262 e MS-080)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Gado de Corte
- Região do Inferninho

No local não existem instalações, equipamentos nem serviços considerados pelo Ministério do Turismo no levantamento do inventário como, por exemplo, estacionamento, palco para eventos, ambulatório médico, caixa eletrônico, loja de *souvenirs*, hospedagem, bar/lanchonete/restaurante, serviço de informações.

Entretanto, há uma série de atividades desenvolvidas na APA do Ceroula, especialmente na região do 'Ceuzinho', planejadas e geridas por empreendedores que utilizam e comercializam a região e seus recursos:

- ✓ Caminhada
- ✓ Ciclismo
- ✓ *Motocross*
- ✓ *Mountain bike*
- ✓ Observação de vida silvestre
- ✓ Parapente/asa delta
- ✓ Pesca
- ✓ *Rapel*
- ✓ Voo livre
- ✓ Trilhas/*hiking*

Não foi constatado o desenvolvimento de atividades agropecuárias, industriais ou extrativistas. A única atividade econômica que pôde-se observar foram atividades relacionadas ao turismo de aventura, especificamente no espaço das três cachoeiras, que caracterizam a região do 'Céuzinho'.

O atrativo é caracterizado como um local público, com paisagens de beleza cênica, entretanto sem estrutura física para receptivo turístico e sem potencial turístico mensurado. A área mistura características de elementos naturais preservados, como a vegetação e a avifauna, por exemplo, com a degradação consequente da poluição do córrego Ceroula.

O acesso até a área pode ser feito em parte a pé, através de trilhas não pavimentadas que dão acesso às cachoeiras. Essas trilhas têm extensão aproximada de dois quilômetros, com graus de dificuldade entre leve e semipesada, variando conforme o clima. Outra parte do caminho pode ser feita através de automóvel ou de veículos de propulsão humana ou animal, como bicicletas ou

cavalos, até cerca de 130 metros da primeira cachoeira do 'Céuzinho' (sentido sul-norte). Não existe regularidade no transporte até a área, nem público, nem privado.

4.1.4 Proteção

APA do Ceroula foi criada pelo Decreto nº 8.264, de 27 de julho de 2001, de criação da APA do Ceroula e é protegida pela Lei Estadual nº 90, de 2 de junho de 1980, que dispõe sobre as alterações do meio ambiente e estabelece normas de proteção ambiental. Além disso, a Lei nº 2.043, de 7 de dezembro de 1999, dispõe sobre a apresentação de projetos de manejo e conservação de solos.

4.1.5 Estado geral de conservação

Alguns espaços da borda da mata e vegetação do entorno servem como local de depósito de lixo. Contudo, as práticas de preservação incentivadas pelos empreendimentos turísticos (que utilizam e precisam do espaço adequado para a prática das atividades de turismo de aventura) em conjunto com os moradores do local, representa uma melhora no cenário de degradação que a região vinha sofrendo (Figuras 9 e 10). Apesar disso, a vegetação encontra-se em estado conservado, não aparentando sinais da ação humana, como cortes, desmatamentos ou queimadas. Assim, o estado geral de conservação da APA do Ceroula foi classificado como 'Bom' (Figura 11).



Figura 9 - Lixo na APA do Ceroula
Fonte: Autora, 2016



Figura 10 - Práticas de conservação
Fonte: Autora, 2016



Figura 11 - Estado geral de conservação (APA do Ceroula, região do 'Céuzinho')
Fonte: Autora, 2016

4.1.6 Acessibilidade

Limita-se ao serviço de transporte público urbano coletivo, que chega à região próxima ao perímetro da APA do Ceroula, que é equipado com elevador para cadeirantes.

Fora esse serviço, a região não conta com qualquer outra facilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. As vias de circulação dentro da APA do Ceroula são estradas de terra. Não há elementos que promovam a acessibilidade como pavimentação das vias, piso tátil, rampas entre terreno com desnível para a circulação de cadeirantes, por exemplo.

4.1.7 Observações

O inventário, de acordo com sua finalidade (Atrativos Naturais de Unidades de Conservação), foi aplicado à Área de Proteção da Bacia do Córrego Ceroula. Parte dos recursos hídricos da APA combinados ao relevo local possibilitou a formação de três cachoeiras, que caracterizam a região do 'Céuzinho' e que despertaram o interesse de empresas de turismo em desenvolver nesse espaço, atividades de turismo de aventura. Conforme sua localização em relação ao micro anel rodoviário de acesso ao local, a mais procurada e utilizada pelos moradores e

turistas é a 'Cachoeira 2' (sentido sul-norte), conhecida popularmente como 'Cachoeira do Céuzinho' (Figura 12).



Figura 12 - Localização das cachoeiras da região do 'Céuzinho'
Fonte: *GOOGLE MAPS*, 2016, adaptado pela Autora

4.1.8 Referências

O inventário foi desenvolvido utilizando-se como referências o Decreto nº 8.264, de 27 de julho de 2001, documento de criação da Área de Proteção do Ceroula, além da utilização de publicações acadêmicas como a dissertação de mestrado: Bases para o planejamento e a gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula escrita por Roberto R. M. Gonçalves.

4.2 Potencial turístico

Para avaliar o potencial turístico do 'Céuzinho', foi necessário observar as características e peculiaridades da região como forma de estabelecer ordenamento quantitativo do potencial de um atrativo turístico. Para realizar esta organização, verificou-se as possibilidades a serem elencadas quanto à determinação do potencial e aplicou-se a eliminação das alternativas como forma de corte para estimar as características que mais se enquadram a região (Quadro 7).

Crítérios	Valores
Potencial de atratividade	1
Grau de uso atual	3
Representatividade	3
Apoio local e comunitário	1
Estado de conservação da paisagem circundante	0
Infraestrutura	0
Acesso	3

Quadro 7 - Valores atribuídos para a região do 'Céuzinho'
Fonte: Autora, 2016

O 'Céuzinho' não possui significado para o mercado turístico internacional e a opção 'potencial alto/hierarquia 3' foi desconsiderada. Sob os aspectos excepcionais, a região não apresenta nenhum elemento, não sendo capaz de atrair turistas em âmbito nacional e internacional, mesmo em conjunto com outros atrativos, desta forma a alternativa 'potencial médio/hierarquia 2' também foi descartada.

As escolhas remanescentes referem-se às hierarquias 1 e 0, respectivamente, 'potencial baixo' e 'nenhum'. A região do 'Céuzinho' é classificada na categoria dos 'atrativos com algum aspecto expressivo com capacidade de atrair

turistas do próprio país que tenham chegado à região com razão inicial vinculado a outras motivações'. Sendo assim, o potencial turístico da região do 'Céuzinho' é classificado como 'potencial baixo/hierarquia 1'.

O 'grau de uso atual' foi determinado através da combinação dos resultados do método de hierarquização, com as entrevistas e visitas *in loco*. As atividades de turismo de aventura na região do 'Céuzinho' são desenvolvidas, pelo menos, uma vez por mês. Em determinadas épocas do ano, com regularidade semanal, movimentando um fluxo de, no mínimo, 30 pessoas a cada incursão, especialmente em sábados e domingos (Figura 13).



Figura 13 - Uso do espaço na região do 'Céuzinho' - fluxo turístico
Fonte: Autora, 2016

De acordo com o método de hierarquização utilizado nessa pesquisa, o valor 'alto' pode ser atribuído ao atrativo que demonstra uma efetiva utilização turística. Pelo motivo de não existir qualquer dado referente ao uso turístico dessa região, como parâmetro, determinou-se que: '1) Potencial de atratividade' da região do 'Ceuzinho' tem o valor máximo 3, considerado 'alto potencial de atratividade'.

Também foi determinado com valor máximo o critério '3) Representatividade' pois a região do 'Céuzinho' é um elemento singular dentro da APA do Ceroula, próximo à área urbana e, também, do município de Campo Grande.

A avaliação do critério '4) Apoio local e comunitário', demonstra que a região do 'Céuzinho' conta com a contribuição dos empreendimentos de turismo de aventura para o desenvolvimento do atrativo. As propriedades rurais que fazem limite territorial com a região do 'Céuzinho' recuam suas cercas para permitir e facilitar o acesso às cachoeiras.

O critério '5) Estado de conservação da paisagem circundante' foi analisado com apoio nos resultados obtidos pelo inventário turístico feito na APA Ceroula. Nas primeiras idas a campo, pôde-se perceber que a degradação do ambiente refletiu diretamente na modificação da paisagem. Em comparação às primeiras visitas realizadas, nas últimas visitas pôde-se constatar uma melhora em relação ao estado de conservação da paisagem dessa região. A avaliação de 'conservação da paisagem' permite quatro opções, em ordem crescente, que conjugam um conceito a um valor: 'conservação péssima/0', 'regular/1', 'bom/2' e 'ótimo/3'. Entende-se que a condição do 'Céuzinho' enquadra-se em 'péssima/0', já que 'regular/1', compreende, pelo menos, a existência de um ponto de conservação (Figura 14).



Figura 14 - Paisagem circundante do 'Céuzinho'
Fonte: Autora, 2016

A região do 'Céuzinho' não possui qualquer tipo de 'infraestrutura', situação que muito se assemelha à APA do Ceroula. Para o acesso até região do 'Céuzinho', o trecho do micro anel que dá acesso até as proximidades do local é pavimentada.

Da ‘entrada’ da região do ‘Céuzinho’ em diante o acesso é uma via de terra. As duas partes encontram-se em bom estado, sem buracos, sem remendos aparentes, em condições conservadas, consideradas ‘ótimas condições/3’ (Figura 15).



Figura 15 - Micro anel rodoviário
Fonte: Autora, 2016

Quantificando as avaliações realizadas através da ‘Hierarquização dos atrativos turísticos’ é possível observar os valores ao qual foram classificados os elementos de caracterização da região do ‘Céuzinho’ (Quadro 8).

Crítérios	Valores
Potencial de atratividade (Valor multiplicado por 2)	2
Grau de uso atual	3
Representatividade (Valor multiplicado por 2)	6
Apoio local e comunitário	1
Estado de conservação da paisagem circundante	0
Infraestrutura	0
Acesso	3
Total	15

Quadro 8 - Resultado da somatória que determina o potencial de atratividade do ‘Céuzinho’
Fonte: Autora, 2016

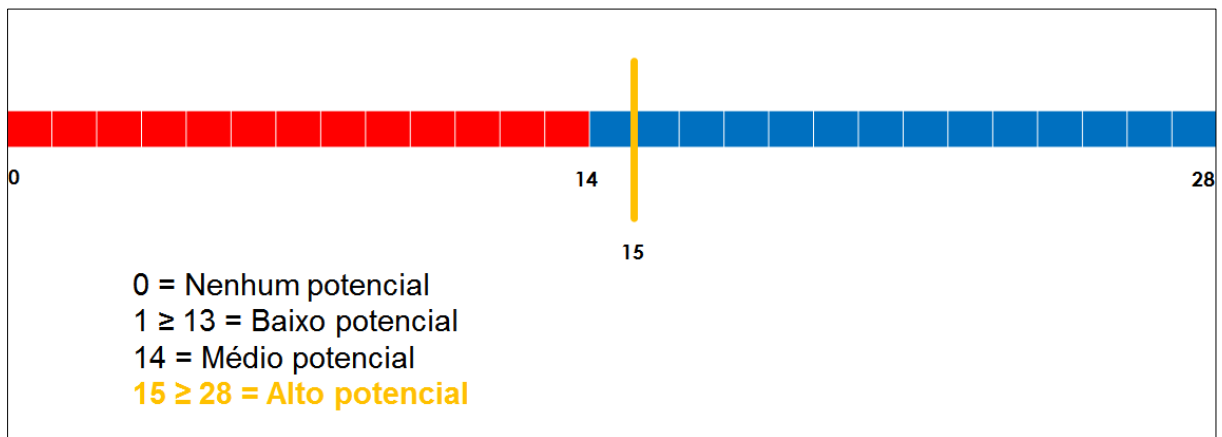
Para a metodologia ‘Hierarquização dos atrativos turísticos’, tem-se 28 possibilidades de pontuação (7 critérios multiplicado por 4 conceitos/valores): o potencial máximo de um atrativo alcança o valor de 27 (vinte e sete) pontos; e para o

menor índice de potencialidade, a pontuação é 0 (zero) ou a inexistência de potencial turístico para o atrativo.

A mediana do valor das possibilidades é 14 (quatorze) e representa potencial médio. Assim, valores maiores que quatorze caracterizam potencial alto e valores menores que quatorze caracterizam potencial baixo (Quadro 9).

Potencial	Valores
Alto	15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27
Médio	14
Baixo	13, 12, 11, 10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1
Nenhum	0

Quadro 9 - Valores de classificação do potencial turístico
Fonte: Autora, 2016



Quadro 10 - Classificação do potencial turístico da região do 'Céuzinho'
Fonte: Autora, 2016

Dessa forma, a região do 'Céuzinho' apresenta 'alto potencial' turístico, beirando o médio. Isso pode ser justificado pelas características que ainda necessitam de melhorias e, até mesmo, pela impossibilidade de pontuar alguns critérios como 'infraestrutura', 'conservação da paisagem', 'apoio local e comunitário'.

4.3 Entrevistas

As entrevistas foram dirigidas a três empresas que foram identificadas atuando na região do 'Céuzinho': Sopa de Pedra Turismo e Aventura, Trilha Extrema e *Xtreme Ecologic*.

A 'Sopa de Pedra - Turismo e Aventura', iniciou suas atividades no ano de 2007, oferecendo trilhas de bicicleta em roteiros dentro da cidade de Campo Grande até a região do 'Céuzinho'. A partir de 2011, começa a desenvolver o turismo de aventura nessa mesma região. Atualmente, a empresa realiza atividades de *hiking* no 'Céuzinho' (Figura 16), trabalhando com grupos formados por até 25 pessoas, para o melhor desempenho e controle da situação. Geralmente o público é composto por moradores de Campo Grande. A divulgação dos produtos é feita na *internet*, através de redes sociais. O tempo de prática de cada atividade varia muito, tanto por motivos climáticos quanto pelas condições físicas de cada integrante do grupo. Mas em média são 5 horas de atividade.

As atividades são feitas uma vez por mês ou intercalando finais de semana, além de feriados. A empresa inclui nos passeios guias especializados, seguro-aventura, lanche de trilha, estacionamento e *botton* para 'comprovar e comemorar' a conclusão do *hiking*. O valor do pacote é de R\$ 50,00 por participante.



Figura 16 - *Hiking* na Região do 'Céuzinho'
Fonte: Sopa de Pedra Turismo e Aventura, 2016

A 'Trilha Extrema' iniciou suas atividades no ano de 2015 e tem por objetivo aproximar as pessoas da natureza, assim como possibilitar a ampliação do conhecimento acerca da ecologia. São desenvolvidas atividades de *hiking* e *rapel*, sendo o segundo realizado na Cachoeira do 'Céuzinho' ('Cachoeira 2'), com uma descida entre 25 e 28 metros de altura. Para a prática dessa atividade, a empresa fornece os equipamentos necessários. Os grupos são formados de 10 a 15 pessoas, a maioria moradores de Campo Grande, com alguns turistas, eventualmente.

As atividades são realizadas, em média, uma vez por mês e incluem guias/instrutores especializados, seguro-aventura, lanche de trilha e brinde 'Trilha Extrema'. Para quem participa do *hiking* está incluso o estacionamento se o grupo formado contar de 10 a 25 pessoas. Cada atividade equivale ao valor de R\$ 50,00. A divulgação dos produtos é feita pela *internet*, através das redes sociais.

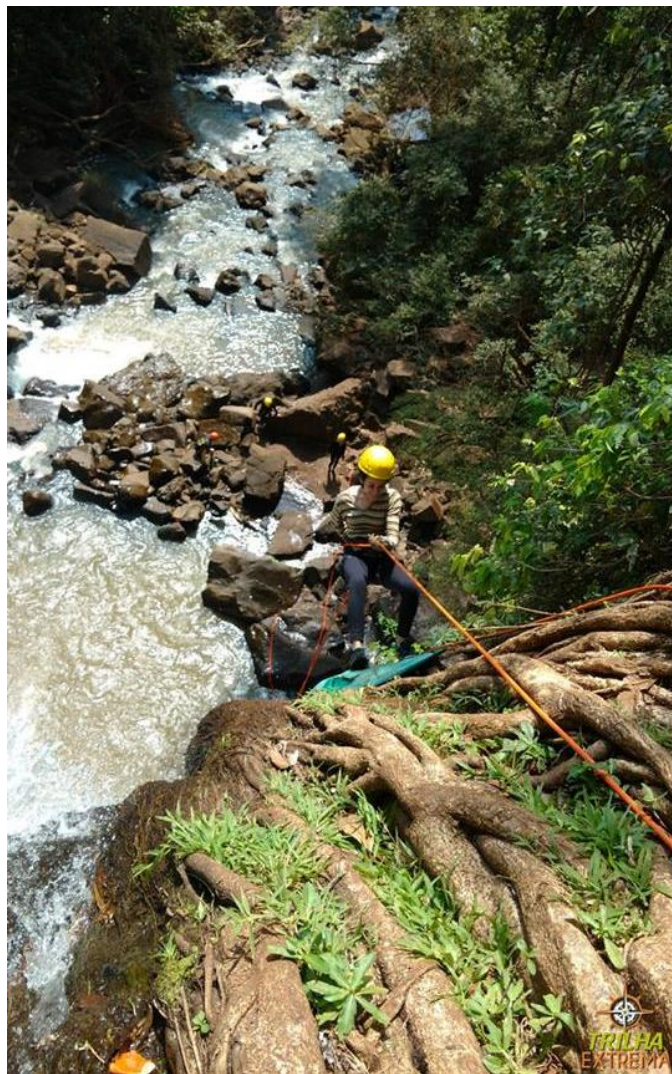


Figura 17 - *Rapel* na Região do 'Céuzinho'
Fonte: Trilha Extrema, 2016

A '*Xtreme Ecologic*' também opera desde 2015. Essa empresa faz parte do projeto de incubação na Agência de Inovação e Empreendedorismo (S-Inova), da Universidade Católica Dom Bosco. Atua com atividades de rapel, *hiking* (Figura 18), além de observação de aves e da flora da região. Para a prática de *rapel* inclui instrutor e equipamentos.

Para participar da atividade de observação de aves e da flora, o valor é de R\$ 100,00 por pessoa. O *hiking* custa R\$ 50,00 por participante. Nas duas atividades estão inclusos o transporte, almoço típico e seguro-aventura. As atividades ocorrem em intervalos mensais e nos feriados.



Figura 18 - *Hiking* na Região do 'Céuzinho'
Fonte: *Xtreme Ecologic*, 2016

4.4 Processo de regularização da APA do Ceroula

No início dessa pesquisa, a APA do Ceroula passava pelo processo de regularização definido pelo SNUC. O objetivo de acompanhar esse processo

justifica-se pelo fato de que a regularização da unidade de conservação agrega valor ao potencial turístico da região onde se localiza.

A implementação da área deve contemplar alguns pontos estabelecido no SNUC, sendo um dos principais o Plano de Manejo - PM. A APA do Ceroula não apresentou seu plano de manejo. De acordo com o que foi acompanhado nas reuniões do Conselho Gestor da UC e em pesquisa documental, o responsável pela criação do PM é a prefeitura municipal. Entretanto, a prefeitura repassou para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - Semadur - a responsabilidade. Entretanto, o prazo estabelecido pelo SNUC para a apresentação do plano de manejo, que é de cinco anos a partir da data de sua criação, não foi cumprido.

Através do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o PM passa a ser documento orientador de todas atividades a serem desenvolvidas nas UCs. Com a ausência do PM, o uso da área, o manejo dos recursos naturais e o seu zoneamento ficam sujeitos à lei de criação da APA.

Dessa forma, questões que tratam da complexidade de formação do PM e do quadro de pessoal reduzido não permitem que a prefeitura de Campo Grande elabore o referido documento. Como alternativa, pode ser feita a contratação de serviços para sua formulação. Porém, não há recursos financeiros disponíveis para esse feito.

Em reunião do Conselho Gestor no ano de 2014, foi apresentada uma estimativa de custo para realizar a contratação de empresa que elaborasse o plano de manejo. Essa estimativa superava os R\$700.000,00 (setecentos mil reais) (ANEXO 3). No ano de 2016, em outra reunião do Conselho Gestor, são elencadas outras possibilidades para a captação de recursos e apoio financeiro. Dentre elas, empresas que administram recursos naturais de Campo Grande, como a Águas Guariroba. Essa empresa financiou a criação de planos de manejo para outras unidades de conservação no município por utilizar seus recursos hídricos. Contudo, a empresa, quando consultada, não demonstrou interesse.

Na mesma reunião outra alternativa sugerida foi o ICMS Ecológico, mecanismo tributário em esferas estaduais que dá acesso a quantias maiores do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para os municípios,

como forma de compensação para aqueles que prestam serviços de conservação e produção de serviços ambientais (Anexo 4).

O ICMS Ecológico representa 25% do ICMS arrecadado pelos Estados, sendo que 5% desse montante são divididos entre municípios que possuem em seu território UCs, entre outros elementos. Entretanto, esse tributo não pode ser adquirido por particularidades técnicas.

Uma delas diz respeito a um Edital de Notificação, presente no Diário Oficial nº 9.132, do dia 28 de março de 2016, por meio do qual o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul - notifica o órgão gestor responsável pela APA do Ceroula sobre a suspensão de sua participação no Programa de ICMS Ecológico, índices ambientais aplicáveis em 2017 (Anexo 5).

Até o momento de conclusão desta pesquisa nenhuma solução havia sido encontrada para a realização do plano de manejo. Consequentemente, pode-se entender que, de acordo com o SNUC, o não cumprimento do prazo de criação do plano de manejo leva a área a não ser mais considerada UC. Assim, além de perder a contribuição do ICMS Ecológico, a APA abandona seu status e passa a se configurar como área natural sem nenhuma garantia adequada de proteção, para conservar dos recursos naturais relevantes que estão localizados em seus limites territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da aplicação do inventário da oferta turística na APA do Ceroula, foi possível concluir que, apesar de não compor nenhum roteiro turístico e não apresentar infraestrutura, a UC guarda elementos naturais preservados, como a vegetação e a avifauna. O estado geral de conservação da APA do Ceroula foi classificado como 'Bom' e as práticas de preservação incentivadas pelos empreendimentos turísticos (que utilizam e precisam do espaço adequado para a prática das atividades de turismo de aventura) em conjunto com os moradores do local, podem estar contribuindo para uma melhora no cenário de degradação que a região vinha sofrendo. Apesar disso, a vegetação encontra-se em estado conservado, não aparentando sinais da ação humana, como cortes, desmatamentos ou queimadas.

As atividades turísticas se desenvolvem nessa região através de três empresas que organizam, divulgam e comercializam atividades de turismo de aventura como *hiking* e *rapel*. Essas atividades acontecem com frequência regular e envolvem um público que realiza o turismo de aventura em pequenos grupos, que variam entre 10 e 25 pessoas, entre moradores de Campo Grande e eventuais turistas. Essas empresas contribuem para aumento na procura por ambientes naturais em Campo Grande, pois divulgam a atividade turística e o turismo de aventura. Isso fomenta um desenvolvimento progressivo do local além de ampliar a oferta turística de Campo Grande.

Acompanhando o processo de regularização da APA, até o encerramento dessa pesquisa, não foi possível ver a implementação do plano de manejo. É um resultado negativo para a atividade turística, pois não estabelece as regras para o uso da área. Essa situação pode ocasionar degradação da paisagem e dos recursos existentes nessa área.

Apesar de alguns itens do inventário apresentarem valores menores, a pesquisa demonstrou que a região do 'Céuzinho', não só apresenta potencial turístico, como esse potencial foi classificado como 'alto potencial'.

REFERENCIAIS

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo de turismo**. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13ª ed. São Paulo: Senac, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

CAMPO GRANDE, Prefeitura Municipal de. **Diário Oficial de Campo Grande - MS**, Campo Grande, MS, n. 873, p. 1. 30 jul. 2001.

CAMPO GRANDE NEWS. **Cachoeira a 15 km do centro tem nome de Céuzinho em contraponto ao Inferninho**. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/cachoeira-a-15km-do-centro-tem-nome-de-ceuzinho-em-contraponto-ao-inferninho>> Acesso em: 05 dez. 2016.

COELHO, L. F. Turismo em áreas naturais protegidas: algumas reflexões sobre o caso da APA do Cairucu, RJ. Uberlândia, Minas Gerais. In: **II Encontro de grupos de pesquisa**. Uberlândia, 2006.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

CUNHA, L. Avaliação do Potencial Turístico. **COGITUR, Journal of Tourism Studies**. América do Norte, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ulufona.pt/index.php/jts/article/view/22>>. Acesso em: 14 out. 2016.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília: MMA/ SCA/ Proecotur, 2002.

FERRETTI, E. R. **Turismo e Meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: ROCA, 2002.

GONÇALVES, R. R. M. **Bases para o planejamento e a gestão da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula**: Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 136 p. 2002. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional). Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Campo Grande, 2002.

GURGEL, H. C. *et al.* Unidades de Conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. IPEA, nº 3. dez. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mato Grosso do Sul**: Campo Grande. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.ph.?lang=&codmun=500270&search=mato-grosso-do-sul|campo-grande>> Acesso em: 02 jun. 2016.

Planurb. INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Perfil socioeconômico de Campo Grande**. 22^a ed. rev. Campo Grande: [s.n.], jul. 2015.

JAFAR, A. C. D. *et al.* Avaliação de locais com potencial e/ou utilizados no Turismo ambiental na cidade de Campo Grande - MS. **Revista Uniara**. v. 15, n. 1, jul. 2012.

LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. Cidade do México: Fondo de Cultura Economico, 1992.

MATO GROSSO DO SUL. Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDTIS/Polo Campo Grande**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, jan. 2012.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA/SBF, 2011.

MOLINA, E. S. **Turismo e ecologia**. 1^a ed. Bauru: EDUSC, 2001.

MOURA, F. N.; MARIANI, M. A. P. Visitantes e unidades de conservação: percepção de conflitos e recomendações para o Monumento Natural da Gruta do Lago Azul - MS. In: IV ENCONTRO NACIONAL DAS ANPPAS, 2008. **Anais...** Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2005. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/encontro4/index.php?p=gt#gt1>> Acesso em: 07 dez. 2016.

MTur. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação do turismo de aventura**. Relatório Diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal**: áreas e ações prioritárias para conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007a.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística. Brasília, 2007b.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. Ministério do Turismo. **Atrativos naturais e ecoturismo atraem cada vez mais estrangeiros ao Brasil**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/ultimas-noticias/2619-atrativos-naturais-e-ecoturismo-atraem-cada-vez-mais-estrangeiros-ao-brasil.html>> Acesso em: 12 out. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Cuenta satélite de turismo**: recomendaciones sobre el marco conceptual. Madrid: Naciones Unidas, 2008.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Madrid, 2001.

_____. Organização Mundial do Turismo. **World Tourism Barometer**. Jan, 2005

_____. Organização Mundial do Turismo. **Panorama OMT del Turismo Internacional**, 2014.

PANAZZOLO, F. B. Turismo de massa: um breve resgate histórico e a importância no contexto atual. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, Caxias do Sul, 2005. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2005. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/turismo-e-hospitalidade/eventos-e-anais/iii-semintur/>> Acesso em: 07 dez. 2016.

PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. dos R. (Ed.). **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PIRAJÁ, R. V.; SILVA, M. H. S. Vulnerabilidade natural da Área de Proteção Ambiental Córrego Ceroula, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. In: 5º SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, Campo Grande, 2014. **Anais...** Campo Grande: EMBRAPA Informática Agropecuária/INPE, 2014.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

SILVA, D. L. B. **Turismo em Unidades de Conservação**: Contribuições para prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 206 p. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SWARBROOKE, J. *et al.* **Turismo de aventura**: conceitos e estudos de caso. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TULIK, O. Recursos naturais e Turismo tendências contemporâneas. **Turismo em análise**. v. 4, n. 2, nov. 1993.

UVINHA, R. R. (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.



VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos sustentáveis**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.



VIAGEM E TURISMO. 241^a ed. São Paulo: Abril, 03 nov. 2015.



VIANA, F. C.; NASCIMENTO, M. A. L. O Turismo de natureza como atrativo turístico do município de Portalegre, Rio Grande do Norte. **Turismo e Paisagens Cársticas**. v. 2, n. 1, jun. 2009.



ANEXOS



ANEXO 1 – Formulário C.1.6



	MINISTÉRIO DO TURISMO Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
UF:	REGIÃO TURÍSTICA:	MUNICÍPIO:
IDENTIFICAÇÃO		
Tipo: (6) C.1.6. Unidades de conservação e similares <div style="border: 1px solid #ccc; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;"> ▶ Captura de Janela </div>	Subtipos: (1) C.1.6.1. Área de proteção ambiental (2) C.1.6.2. Área de relevante interesse ecológico (3) C.1.6.3. Estação ecológica (4) C.1.6.4. Floresta (5) C.1.6.5. Monumento natural (6) C.1.6.6. Parque (7) C.1.6.7. Refúgio de vida silvestre (8) C.1.6.8. Reserva biológica (9) C.1.6.9. Reserva extrativista (10) C.1.6.10. Reserva de desenvolvimento sustentável (11) C.1.6.11. Reserva de fauna (12) C.1.6.12. Reserva particular do patrimônio natural (13) C.1.6.13. Zoológico (14) C.1.6.14. Jardim botânico (15) C.1.6.15. Outras	
1. INFORMAÇÕES GERAIS		
1.1. Nome oficial		
1.2. Nome fantasia		
1.3. Natureza (1) Pública (2) Privada (3) Outra _____		
1.4. Tipo de organização/instituição (1) Associação (2) Sindicato (3) Cooperativa (4) Sistema S (5) Empresa (6) Outros _____		
1.5. Localização (1) Urbana (2) Rural		
1.6. Coordenadas geográficas 1.6.1. Latitude _____ 1.6.2. Longitude _____		
1.7. Endereço 1.7.1. Bairro/localidade _____ 1.7.2. Distrito _____ 1.7.3. CEP _____		
1.8. Sinalização 1.8.1. De acesso (1) Sim (2) Não 1.8.2. Turística (1) Sim (2) Não		
1.9. Proximidades (1) Restaurante (2) Bar/lanchonete (3) Meio de hospedagem (4) Shopping (5) Galeria/rua comercial (6) Centro de convenções/exposições (7) Posto de combustível (8) Outras _____		



	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
<p>1.10. Distâncias (km)</p> <p>1.10.1. Aeroporto _____ 1.10.2. Estação rodoviária _____ 1.10.3. Estação ferroviária _____</p> <p>1.10.4. Estação marítima/fluvial _____ 1.10.5. Estação metroviária _____ 1.10.6. Ponto de ônibus _____</p> <p>1.10.7. Ponto de táxi _____ 1.10.8. Sede do município _____ 1.10.9. Localidade mais próxima _____</p> <p>1.10.10. Outras _____</p>		
<p>1.11. Pontos de referência</p> <p>_____</p> <p>_____</p>		
<p>1.12. Entidade mantenedora _____</p> <p>1.12.1. Esfera administrativa (1) Federal (2) Estadual (3) Municipal (4) Particular (5) Concessão (6) Outras _____</p> <p>1.12.2. Endereço eletrônico (e-mail) _____</p> <p>1.12.3. Sítio eletrônico (site/página na web) _____</p>		
<p>1.13. Plano de manejo (1) Sim (2) Não</p>		
<p>2. FUNCIONAMENTO</p>		
<p>2.1. Estrutura de funcionamento</p> <p>2.1.1. Visitação (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.1.1. Finalidade da visitação (1) Passeio (2) Aventura (3) Religiosidade (4) Pesquisa (5) Outras _____</p> <p>2.1.1.1.1. Agendada (1) Não (2) Opcional (3) Obrigatória</p> <p>2.1.1.1.2. Autoguiada (1) Não (2) Opcional (3) Obrigatória</p> <p>2.1.1.1.3. Guiada (1) Não (2) Opcional (3) Obrigatória</p>		
<p>2.1.2. Entrada</p> <p>2.1.2.1. Gratuita (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.2.2. Paga (1) Inteira (2) Meia</p>		
<p>2.1.3. Instalações de entrada</p> <p>2.1.3.1. Centro de recepção (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.3.2. Posto de informa�o (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.3.3. Portaria principal (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.3.4. Guarita (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.3.5. Bilheteria (1) Sim (2) Não</p> <p>2.1.3.6. Outras _____</p>		



	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS																									
<p>2.1.4. Atendimento ao público</p> <p>2.1.4.1. Atendimento em língua estrangeira (1) Não (2) Inglês (3) Espanhol (4) Outras _____</p> <p>2.1.4.2. Informativos impressos (1) Não (2) Português (3) Inglês (4) Espanhol (5) Outras _____</p>																										
<p>2.2. Regras de funcionamento</p> <p>2.2.1. Período (1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro (13) Ano inteiro</p> <p>2.2.2. Horário</p> <table border="1" data-bbox="470 779 1468 952"> <thead> <tr> <th></th> <th>2ª feira</th> <th>3ª feira</th> <th>4ª feira</th> <th>5ª feira</th> <th>6ª feira</th> <th>Sábado</th> <th>Domingo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2.2.2.1. Abertura</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2.2.2.2. Encerramento</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>2.2.2.3. Funcionamento 24 horas (1) Sim (2) Não</p> <p>2.2.2.4. Funcionamento em feriados (1) Sim (2) Não</p> <p>2.2.3. Restrições (1) Crianças (2) Fumantes (3) Animais (4) Outras _____</p> <p>2.2.4. Outras regras e informações _____ _____</p>				2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo	2.2.2.1. Abertura								2.2.2.2. Encerramento							
	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo																			
2.2.2.1. Abertura																										
2.2.2.2. Encerramento																										
<p>2.3. Caracterização do fluxo turístico</p> <p>2.3.1. Dados da visitação</p> <p>2.3.1.1. Total anual de visitantes (nº) _____</p> <p>2.3.1.2. Total de visitantes alta temporada (nº) _____</p> <p>2.3.1.2.1. Meses de alta temporada (1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro (13) Ano inteiro</p> <p>2.3.2. Origem dos visitantes/turistas (1) Entorno municipal (2) Estadual (3) Nacional (4) Internacional</p> <p>2.3.2.1. Origem dos turistas nacionais (até 5 estados) _____ _____ _____ _____</p>																										

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS																																					
<p>2.3.2.2. Origem dos turistas internacionais (até 5 países)</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>2.3.2.3. Ano-base _____</p> <p>2.3.3. Principal público frequentador (1) Turistas (2) Moradores</p>																																						
<p>2.4. Apoio à comercialização</p> <p>2.4.1. Integra roteiros turísticos comercializados (1) Sim (2) Não</p> <table border="1" data-bbox="199 896 1476 1288"> <thead> <tr> <th>Nome dos principais roteiros (até 5)</th> <th>Sítio eletrônico (site/página web)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table> <p>2.4.2. Integra guia turístico (1) Sim (2) Não</p> <table border="1" data-bbox="199 1332 1476 1713"> <thead> <tr> <th>Nome dos principais guias impressos (até 5)</th> <th>Sítio eletrônico (site/página web)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>			Nome dos principais roteiros (até 5)	Sítio eletrônico (site/página web)																	Nome dos principais guias impressos (até 5)	Sítio eletrônico (site/página web)																
Nome dos principais roteiros (até 5)	Sítio eletrônico (site/página web)																																					
Nome dos principais guias impressos (até 5)	Sítio eletrônico (site/página web)																																					
3. CARACTERÍSTICAS																																						
<p>3.1. Instalações</p> <p>3.1.1. Estacionamento (1) Pago (2) Gratuito (3) Coberto (4) Descoberto</p> <p>3.1.1.1. Capacidade de veículos (nº) _____</p> <p>3.1.1.1.1. Automóveis (nº) _____</p> <p>3.1.1.1.2. Ônibus (nº) _____</p>																																						

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA		
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS			
3.2. Outras Instalações e equipamentos			
(1) Área de exposições coberta	(2) Área de exposições não coberta	(3) Loja de <i>souvenir</i>	(4) Sinalização interna
(5) Centro de convenções	(6) Espaço para festas e eventos	(7) Anfiteatro	(8) Museu
(9) Palco para eventos	(10) Feiras	(11) Quadra poliesportiva	(12) Grade ou proteção
(13) Ambulatório médico	(14) Iluminação	(15) Vestiário	(16) Guarda-volumes
(17) Caixa eletrônico	(18) Telefones públicos	(19) Instalações sanitárias	(20) Bebedouros
(21) Teleférico	(22) Churrasqueira	(23) Outros _____	
3.3. Outros equipamentos e serviços			
(1) Achados e perdidos	(2) Bar/flanchonete	(3) Restaurante	
(4) Hospedagem	(5) Serviço de som	(6) Serviço de informações	
(7) Vendedores ambulantes	(8) Disponibilidade de carrinho de bebê	(9) Disponibilidade de cadeira de rodas	
(10) Disponibilidade de bicicletas	(11) Disponibilidade de cavalos	(12) Disponibilidade de pedalinhas	
(13) Disponibilidade de boias	(14) Outros _____		
3.4. Atividades			
3.4.1. Arvorismo	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.2. Atividades culturais	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.3. Atividades pedagógicas	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.4. Boia-cross	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.5. <i>Bungee-jump</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.6. Caminhada	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.7. Canoagem	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.8. Cavalgada	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.9. Ciclismo	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.10. Escalada	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.11. Ginástica	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.12. <i>Kitesurf</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.13. Mergulho	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.14. <i>Motocross</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.15. <i>Mountain bike</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.16. Observação	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.17. <i>Off road</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.18. <i>Parapente/asa-delta</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.19. Pesca	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.20. <i>Rafting</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.21. Rapel	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.22. Remo	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.23. <i>Safári fotográfico</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.24. <i>Skate</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.25. Vela	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.26. Voo livre	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.27. <i>Windsurf</i>	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.28. Trilha	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos
3.4.29. Outras _____	(1) Não	(2) Sim	(3) Disponibilidade de equipamentos

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
<p>3.5.4.2.4. Exótica (1) Sim (2) Não</p> <p>3.5.4.2.4.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p> <p>3.5.4.2.5. Outras _____</p> <p>3.5.4.2.5.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p> <p><i>Captura de Janela</i></p>		
<p>3.5.5. Fauna</p> <p>3.5.5.1. Espécies</p> <p>3.5.5.1.1. Endêmica (1) Sim (2) Não</p> <p>3.5.5.1.1.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p> <p>3.5.5.1.2. Rara (1) Sim (2) Não</p> <p>3.5.5.1.2.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p> <p>3.5.5.1.3. Em extinção (1) Sim (2) Não</p> <p>3.5.5.1.3.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p> <p>3.5.5.1.4. Exótica (1) Sim (2) Não</p> <p>3.5.5.1.4.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p> <p>3.5.5.1.5. Outras _____</p> <p>3.5.5.1.5.1 Melhores meses de observação</p> <p>(1) Janeiro (2) Fevereiro (3) Março (4) Abril (5) Maio (6) Junho (7) Julho (8) Agosto (9) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro</p>		
<p>3.6. Atividade econômica</p> <p>3.6.1. Agropecuária</p> <p>(1) Não (2) Agricultura (3) Pecuária (4) Aquicultura (5) Silvicultura (6) Outras _____</p> <p>3.6.2. Industrial</p> <p>(1) Não (2) Petrolífera (3) Automobilística (4) Têxtil (5) Alimentícia (6) Coureira (7) Joalheira (8) Madeireira (9) Ceramista (10) Outros _____</p> <p>3.6.3. Extrativista</p> <p>(1) Não (2) Mineral (3) Vegetal (4) Animal</p>		

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS																															
3.7. Descritivo das especificidades do atrativo <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>																																
3.8. Acesso ao atrativo 3.8.1. A pé 3.8.1.1. Trilha de acesso (1) Pavimentada (2) Não pavimentada 3.8.1.2. Extensão (m) _____ 3.8.1.3. Grau de dificuldade (1) Leve (2) Semipesada (3) Pesada 3.8.2. Transporte 3.8.2.1. Regular																																
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 33%;">Empresa</th> <th style="width: 15%;">Telefone</th> <th style="width: 30%;">Site eletrônico (site/página na web)</th> <th style="width: 22%;">Endereço eletrônico (e-mail)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>			Empresa	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)																										
Empresa	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)																													
3.8.2.2. Fretado <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%;">Empresa</th> <th style="width: 15%;">Tipo de transporte</th> <th style="width: 15%;">Telefone</th> <th style="width: 30%;">Site eletrônico (site/página na web)</th> <th style="width: 15%;">Endereço eletrônico (e-mail)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>			Empresa	Tipo de transporte	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)																									
Empresa	Tipo de transporte	Telefone	Site eletrônico (site/página na web)	Endereço eletrônico (e-mail)																												
4. PROTEÇÃO, QUALIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO, PREMIAÇÃO, DESTAQUES E OUTROS																																
4.1. Do atrativo (1) Sim (2) Não																																
Categoria	Instrumento (nº)	Nome/Título/Denominação/ Certificação/Licenciamento	Entidade declaratória/Tipo de declaração																													
4.1.1. Municipal	4.1.1.1. Lei/Decreto																															
	4.1.1.2. Portaria/Instrução/ Deliberação																															
	4.1.1.3. Norma/Ato																															
	4.1.1.4. Outros																															

		INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA			
CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS					
4.1.2. Estadual/ Distrital	4.1.2.1. Lei/Decreto				
	4.1.2.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.2.3. Norma/Ato				
	4.1.2.4. Outros				
4.1.3. Federal	4.1.3.1. Lei/Decreto				
	4.1.3.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.3.3. Norma/Ato				
	4.1.3.4. Outros				
4.1.4. Internacional	4.1.4.1. Lei/Decreto				
	4.1.4.2. Portaria/Instrução/ Deliberação				
	4.1.4.3. Norma/Ato				
	4.1.4.4. Outros				
4.1.5. Outras	4.1.5.1. _____				
	4.1.5.2. _____				
5. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO					
(1) Muito bom (2) Bom (3) Ruim					
6. ACESSIBILIDADE					
6.1. Possui alguma facilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida? (1) Não (2) Sim (responder às questões seguintes)					
6.1.1. Pessoal capacitado para receber pessoas com deficiência (1) Não (2) Física (3) Auditiva (4) Visual (5) Mental (6) Múltipla					
6.1.2. Rota externa acessível (1) Não (2) Estacionamento (3) Calçada rebaixada (4) Faixa de pedestre (5) Rampa (6) Semáforo sonoro (7) Piso tátil de alerta (8) Piso regular e antiderrapante (9) Livre de obstáculos (10) Outras _____					
6.1.3. Símbolo internacional de acesso (1) Não (2) Entrada (3) Área reservada (4) Estacionamento (5) Área de embarque e desembarque (6) Sanitário (7) Saída de emergência					
6.1.4. Local de embarque e desembarque (1) Não (2) Sinalizado (3) Com acesso em nível					
6.1.5. Vaga em estacionamento (1) Não (2) Sinalizada (3) Com acesso em nível (4) Alargada para cadeira de rodas (5) Rampa de acesso à calçada					
6.1.6. Área de circulação/acesso interno para cadeiras de rodas (1) Não (2) Rampa (3) Elevador (4) Plataforma elevatória (5) Com circulação entre mobiliário (6) Porta larga (7) Piso regular/antiderrapante					
6.1.7. Escada (1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Sinalização tátil de alerta (5) Piso antiderrapante					

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
---	---	---

6.1.8. Rampa

(1) Não (2) Corrimão (3) Patamar para descanso (4) Piso antiderrapante (5) Sinalização tátil (6) Inclinação adequada

6.1.9. Piso

(1) Não (2) Tátil (3) Sem obstáculos (tapete ou desnível) (4) Antiderrapante/deslizante

6.1.10. Elevador

(1) Não (2) Sinalizado em Braille (3) Dispositivo sonoro (4) Dispositivo luminoso (5) Sensor eletrônico (porta)

6.1.11. Equipamento motorizado para deslocamento interno

(1) Não (2) Cadeira (3) Carrinho

6.1.12. Sinalização visual

(1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate

6.1.13. Sinalização tátil

(1) Não (2) Entrada (3) Recepção (4) Porta (5) Sanitário (6) Elevador (7) Restaurante (8) Área de lazer (9) Área de resgate

6.1.14. Alarme de emergência

(1) Não (2) Sonoro (3) Visual (4) Vibratório

6.1.15. Comunicação

(1) Não (2) Texto informativo em Braille (3) Texto informativo em fonte ampliada (4) Intérprete em Libras (língua brasileira de sinais)

6.1.16. Balcão de atendimento

(1) Não (2) Rebaixado (3) Preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

6.1.17. Mobiliário

(1) Não (2) Altura adequada (3) Recuo adequado

6.1.18. Sanitário



(1) Não	(2) Barra de apoio
(3) Porta larga suficiente para entrada de cadeira de rodas	(4) Giro para cadeira de rodas
(5) Acesso para cadeira de rodas	(6) Pia rebaixada
(7) Espelho rebaixado ou com ângulo de alcance visual	(8) Boxe ou banheira adaptada
(9) Torneira monocomando/alavanca	

6.1.19. Telefone

(1) Não (2) Altura adequada (3) Para surdos (TPS ou TTS)

6.1.20. Sinalização indicativa de atendimento preferencial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (1) Sim (2) Não

6.1.21. Outras _____

	INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA CATEGORIA C1 – ATRATIVOS NATURAIS	
7. OBSERVAÇÕES		
<div style="text-align: center; color: #ccc; font-size: 24px; opacity: 0.5;"> ● Captura de Janela </div>		
8. REFERÊNCIAS		
9. EQUIPE RESPONSÁVEL		
Responsável pelo preenchimento (Pesquisador) _____		
Telefone/Fax _____		
Endereço eletrônico (e-mail) _____		
Responsável pela conferência (Coordenador) _____		
Telefone/Fax _____		
Endereço eletrônico (e-mail) _____		

ANEXO 2 - Hierarquização de Atrativos Turísticos

A presente metodologia é uma adaptação daquela utilizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR) para a hierarquização de atrativos turísticos.

A aplicação dessa metodologia tem como objetivo auxiliar na avaliação da importância dos atrativos identificados para inclusão no roteiro turístico. Com este instrumento são estabelecidas prioridades para determinar a escolha e as decisões dos governantes, administradores, gestores e empreendedores.

Em primeiro lugar, deve-se avaliar o potencial de atratividade do elemento conforme as características e peculiaridades e o interesse que pode despertar nos turistas. O quadro a seguir estabelece uma ordem quantitativa para o desenvolvimento desse potencial para o turismo e atribui um valor quantitativo às suas características.

Figura 5 – Quadro de desenvolvimento do potencial de um atrativo turístico

Hierarquia	Características
3 (alto)	É todo atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
1 (baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 (nenhum)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Critérios		Valores			
		0	1	2	3
Potencial de atratividade (a)		Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Hierarquia	Apoio local e comunitário (d)	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	Estado de conservação da paisagem circundante (e)	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infra-estrutura (f)	Inexistente	Existente, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso (g)	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias	Em ótimas condições

De acordo com as especificações apresentadas nesse Quadro, deve ser preenchido o modelo a seguir, onde são aferidos valores para cada item dos atrativos que forem avaliados.

É válido ressaltar que os itens potencial de atratividade do elemento e representatividade devem receber a pontuação em dobro, ou seja, ter peso dois, por serem mais significativos em comparação com os demais itens avaliados.

Por exemplo, no caso de um atrativo cuja representatividade seja rara, singular, o valor atribuído a ele é 3 pontos, conforme a tabela anterior, multiplicado pelo número dois ($3 \times 2 = 6$).

O mesmo deverá ocorrer para o item potencial de atratividade.

A seguir, é apresentado modelo de tabela a ser preenchida quando da avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos.

Figura 7 – Tabela de avaliação e hierarquização de atrativos

Atrativo	Potencial de atratividade (Valor multiplicado por 2)	Grau de uso atual	Representatividade (Valor multiplicado por 2)	Apoio local e comunitário	Estado de conservação da paisagem circundante	Infra-estrutura	Acesso	Total
Atrativos Naturais								
Atrativos Culturais								
Atividades Econômicas								
Realizações Técnicas, Científicas e Artísticas								
Eventos Programados								

Por fim, somam-se os pontos obtidos e define-se o *ranking* de atrativos. Quanto maior o número de pontos de determinado atrativo, maior sua importância e necessidade de ser incluído nos roteiros elaborados.

Em segundo lugar, avaliam-se aspectos que auxiliarão na definição dessa hierarquia. Esse critério permite classificar cada atrativo de acordo com uma escala preestabelecida. Deste modo, ele fornece subsídios para a diferenciação objetiva das características e dos graus de importância de cada atrativo.

- **Grau de uso atual:** permite analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e sua importância para o município. Difere do grau de interesse por representar a situação atual, em vez da potencial. Um alto grau de uso indica que o atrativo apresenta uma utilização turística efetiva.
- **Representatividade:** fundamenta-se na singularidade ou raridade do atrativo. Quanto mais se assemelhar a outros atrativos, menos interessante ou prioritário.
- **Apoio local e comunitário:** a partir da opinião dos líderes comunitários, deve-se analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público.
- **Estado de conservação da paisagem circundante:** verificar, por observação *in loco*, o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo. Neste item é analisada a ambiência⁶ do atrativo.
- **Infra-estrutura:** verificar, *in loco*, se existe infra-estrutura disponível no atrativo e o seu estado.
- **Acesso:** verificar as vias de acesso existentes e suas condições de uso.

Figura 6 – Quadro de critérios para hierarquização de atrativos

Critérios		Valores			
		0	1	2	3
Potencial de atratividade (a)		Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Hierarquia	Grau de uso atual (b)	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
	Representatividade (c)	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro


⁶ Ambiente que está em volta do atrativo.

Anexo 4 - Ata da 1º Reunião do Conselho Gestor - Ano 2016

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS MANANCIAIS DO CÓRREGO CEROULA
APA DO CEROULA
Ano 2016**

1 Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia dezanove de fevereiro do ano de dois mil
2 e dezesseis, sexta-feira, no Centro de Educação Ambiental - CEA Polonês, situado na
3 Rua Corveta n. 141 – Bairro Carandá Bosque, convocados através do Of.Circ.
4 1/2016/CG APA CEROULA – RO, estiveram presentes os conselheiros Regina
5 Pazeção Marson - CORECON/MS, Marco Aurélio Cândia Braga - Sindicato Rural de
6 Campo Grande, Débora Cristina Pereira Prado - CMMA, Jânio Fagundes Borges -
7 CREA/MS, Ademir Kleber Morbeck de Oliveira - Anhanguera/UNIDERP, Juan Carlos
8 Antonelli Vidal – CORECON/MS, Marcos Andrey Alves Meira - SEMADUR, Salvador
9 Barbosa Irala - SEMADUR e os convidados Alessandra Ribas Buch – SEMADUR,
10 Nathan Bulhões Oliveira - SEMADUR, Ivan Garcia de Oliveira - Financial, Vivian
11 Gonçalves P. Miranda - OAB/MS, Carlos Henrique F. Leal - IMASUL, Renata Mendes
12 de Freitas - SEMADUR, conforme lista de presença anexa. Justificaram sua ausência
13 a conselheira Mariana Pereira de Aragão - EMBRAPA e a conselheira Helena Clara
14 Kaplan - OAB/MS. Para deliberação da seguinte pauta: Aprovação e assinatura da Ata
15 da reunião anterior; Aprovação do calendário anual de reuniões de 2016;
16 Apresentação de relatoria do Processo n. 99517/2014-16 - Helio de Lima e Outra
17 (conselheira Débora - CMMA); Apresentação dos resultados preliminares dos
18 trabalhos para elaboração do Plano de Manejo da APA Ceroula; Apresentação e
19 aprovação do Plano de Ação; Informes diversos. A Reunião Ordinária foi conduzida
20 pelo conselheiro presidente Marcos Andrey, o qual deu as boas vindas aos presentes.
21 Informou que o Secretário indicou seu nome para assumir a presidência dos conselhos
22 gestores das APAs municipais como seu representante, devido aos compromissos
23 assumidos na SEMADUR a participação do Presidente nas reuniões do conselho se
24 via prejudicada. Se o conselho achar necessário pode ser revisto o decreto de criação
25 para que haja uma eleição democrática para escolha do presidente. A ata da última
26 reunião foi colocada em votação para aprovação. Não tendo nenhuma consideração a
27 ser feita, a ata foi aprovada pelos conselheiros e assinada pelo presidente. O
28 calendário anual de reuniões para 2016 também foi colocado em votação e foi
29 aprovado por todos. Para a apresentação da relatoria do Processo n. 99517/2014-16 -
30 Helio de Lima e Outra, foi convidada a conselheira Débora para fazer a leitura da sua
31 relatoria. O conselheiro Jânio sugeriu que fosse inserido um item quanto à outorga do
32 uso da água, pois aqueles empreendimentos que captam água e estão em processo
33 de licenciamento devem obter a outorga para prosseguimento do licenciamento. A
34 alteração na relatoria foi feita durante a reunião e a mesma foi aprovada, sendo de
35 parecer favorável à continuidade do processo, com algumas exigências como a
36 apresentação da vazão do córrego, a localização do objeto de licenciamento no mapa
37 geral da propriedade e observar quanto à outorga de uso dos recursos hídricos. Para
38 apresentação dos dados preliminares para elaboração do Plano de Manejo da APA do
39 Ceroula, Nathan Bulhões é convidado para fazer sua apresentação. Marcos informa
40 que foi realizado o levantamento de dados secundários e vistoria para identificar a
41 dinâmica de uso e ocupação do solo na Bacia. Está sendo muito difícil ter acesso às
42 informações para os dados secundários, somente há uma semana foram obtidos
43 estudos relativos à Bacia do Ceroula, de onde serão extraídas grande parte das
44 informações do meio físico e biológico. Nathan apresenta os dados iniciais levantados
45 através dos estudos e das vistorias prévias. Os dados preliminares quanto aos usos e
46 ocupações do solo foram feitos por meio de visita no local. As principais atividades na
47 Bacia são para lazer, indústrias, agricultura, acampamentos para reforma agrária ao
48 longo das estradas estaduais. Existem três assentamentos inseridos na APA:
49 Assentamento Conquista, Assentamento do Aguão e Assentamento do Pontal. Foi
50 obtido somente os dados de perímetro de 63 (sessenta e três) propriedades existentes
51 na APA, correspondendo a 32.000 ha (trinta e dois mil hectares) da área total da APA.
52 Marcos acredita que os dados serão complementados quando forem entregues os

111 A reunião foi encerrada às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Sem mais nada a
112 relatar, eu Alessandra Ribas Buch, Secretária *ad hoc*, a digitei e informo que esta ATA
113 será lida e aprovada. Campo Grande, 19 de fevereiro de 2016.


Marcos André Alves Vieira
Presidente do Conselho Gestor da
ARA do Ceroula

Ata	()Aprovada	()Reprovada	
Data	_____	Hora	_____
Nome	_____		
Assinatura	_____		

Anexo 5 - Diário Oficial nº 9.132, do dia 28 de março de 2016

PÁGINA 20

28 DE MARÇO DE 2016

DIÁRIO OFICIAL n. 9.132

2.16.	Participação em banca examinadora de monografia de graduação	Banca	03	02	06
2.17.	Participação em banca examinadora de especialização e exame de qualificação	Banca	04	03	12
2.18.	Participação em banca examinadora de defesa de mestrado	Banca	03	05	15
2.19.	Participação em banca examinadora de defesa de doutorado	Banca	03	07	21
2.20.	Livros editados na área: autor	Livro	03	20	60
2.21.	Livros editados na área: tradutor, revisor técnico ou organizador	Livro	02	12	24
2.22.	Livros editados na área: colaborador	Livro	02	05	10
2.23.	Capítulo de livro na área: autor/co-autor	Livro	04	06	32
2.24.	Artigos em anais de encontros científicos	Artigo	04	05	20
2.25.	Artigos em revistas especializadas, científicas indexadas	Artigo	04	07	28
2.26.	Artigos em revistas não especializadas e não indexadas	Artigo	04	02	08
2.27.	Apresentação de trabalhos em eventos de natureza técnico-científica	Apresent.	03	04	12
2.28.	Consultoria científica	Órgão	02	06	16
2.29.	Ministrante de curso de extensão ou aperfeiçoamento na área ou áreas afins	Cd 20h	04	02	08
2.30.	Ministrante de mini-curso	Cd 4h	04	01	04
2.31.	Ministrante de conferências e palestras na área ou áreas afins	Atividade	04	02	08
2.32.	Participação em eventos de natureza técnico-científica ou curso de aperfeiçoamento (carga horária mínima de 20h)	Evento/ Curso	05	01	05
2.33.	Chefe de departamento ou coordenação de curso de graduação ou pós-graduação	Ano letivo	02	04	08
2.34.	Participação em órgãos colegiados superiores de instituição de ensino superior e em sociedades científicas, conselhos nacionais, estaduais e regionais	Ano letivo	02	03	06
2.35.	Atividades docentes não universitárias na área ou áreas afins	Ano letivo	03	03	09
2.36.	Atividades profissionais não docentes na área do concurso	Ano	03	02	06
2.37.	Aprovação em concurso para ingresso na carreira do magistério superior	Concurso	02	04	08
2.38.	Aprovação em concurso para ingresso na carreira do magistério na educação básica	Concurso	02	02	04
2.39.	Aprovação em concurso para ingresso em cargo público	Concurso	02	01	02
2.40.	Estágios extra-curriculares na área	Cd. 40h	02	02	04
2.41.	Exercício de monitoria ou bolsista de iniciação científica na área	Participação	02	02	04
2.42.	Participação em projetos de ensino, pesquisas ou extensão enquanto acadêmico	Projeto	02	01	02

total máximo: 500 pontos

ANEXO III DO EDITAL Nº 16/2016 – PRODHIS

VALORES SALARIAIS

A carga horária do profissional convocado será definida considerando os encargos didáticos e as atribuições.

Os valores salariais terão variação de acordo com a quantidade de horas aulas ministradas e o nível de habilitação, sendo acrescidos, proporcionalmente, do adicional de férias e de gratificação natalina.

Os valores de hora aula praticados na presente data, já acrescidos, proporcionalmente, do adicional de férias e de gratificação natalina, são os seguintes:

VALOR DA HORA AULA	
Nível	Valor
I - Auxiliar Graduado	13,87
II - Auxiliar Especialista	24,97
III - Assistente (Mestre)	35,92
IV - Adjunto (Doutor)	50,62

Obs.: Para cada hora aula de regência será pago 01 (um) de encargos docentes, desde que não ultrapasse as 40 horas semanais.

Edital nº 08/2016-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à convocação temporária.

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 8.3 do Edital Nº 07/2016-PRODHIS/UEMS,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à convocação temporária, aberta pelo Edital Nº 07/2016-PRODHIS/UEMS, Unidade Universitária de Nova Andradina, conforme segue:

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciência de Computação

Nome	Nota Final	Classificação
José Gonçalves Dias Neto	10,58	1º
Junior Silva Souza	10,47	2º
Leonardo Bravo Estêvão	10,07	3º
André Castro Garcia	9,65	4º

Art. 2º A nota final foi calculada através da soma das notas da prova didática e de títulos.

Art. 3º A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Ensino quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 23 de março de 2016.

Fábio Edir dos Santos Costa
Reitor - UEMS

Edital nº 10/2016-RTR/UEMS

Homologa o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à convocação temporária.

O Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, e consoante disposto no item 8.3 do Edital Nº 06/2016-PRODHIS/UEMS, RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Resultado Final da Seleção de Docentes, destinada à convocação temporária, aberta pelo Edital Nº 06/2016-PRODHIS/UEMS, Unidade Universitária de Pombal, conforme segue:

ÁREA DE CONHECIMENTO: Direito

Nome	Nota Final	Classificação
Roberto Carlos Alves de Oliveira Júnior	11,99	1º
Evertton Balbo dos Santos	10,00	2º
Jane Lúcia Medeiros de Oliveira	9,82	3º

Art. 2º A nota final foi calculada através da soma das notas da prova didática e de títulos.

Art. 3º A chamada do candidato será efetivada pela Pró-Reitoria de Ensino quando do surgimento de vagas.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, 23 de março de 2016.

Fábio Edir dos Santos Costa
Reitor - UEMS

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Órgãos gestores de Unidades de Conservação e proprietários de RPPN
Os órgãos gestores e os proprietários de RPPN responsáveis pelas unidades de conservação abelo relacionadas ficam NOTIFICADOS a procederem a regularização de UC perante o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação/Imasul, a fim de atender ao disposto no Art. 9º do Decreto Estadual nº 14.366, de 29/12/2015, tendo como prazo para regularização de arquivos shape e adequação dos atos normativos de criação até 31/03/2016 e para a apresentação de Planos de Proteção e Fiscalização, para unidades de conservação com menos de 05 anos de criação e de Planos de Manejo para unidades de conservação com mais de 05 anos de criação, o prazo vai até 31/05/2016 sendo que o não cumprimento das referidas pendências ou descumprimento de prazo, implica em suspensão das Unidades de Conservação do Programa ICMS Ecológico, Índice Ambiental aplicável em 2017.

Jaime Elias Verruck
Diretor Presidente do IMAGUL

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	PENDÊNCIA
APA de Baía do Rio Iguaçu (Amambai)	Plano de Manejo e arquivo shape
APA das Mananciais S. das Nascentes do Rio Apa (Bela Vista)	Plano de Manejo
APA de Sub-Bacia do Rio Ivinhema (Angélica)	Plano de Manejo
APA de Sub-Bacia do Rio Pardo (Bataguassu)	Plano de Manejo
APA do Cerúla (Campo Grande)	Plano de Manejo
APA de Sub-Bacia do Rio Apa (Carmo)	Plano de Manejo
APA de Sub-Bacia do Rio Apurí (Casalândia)	Plano de Manejo

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Modelo do roteiro para entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO E POLITICAS PUBLICAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO

Data da Entrevista ____/____/____

Nome da Empresa: -----

Nome do Entrevistado: -----

Função: -----

1. Qual a historia da criação da empresa?
2. Há quanto tempo trabalha com o Turismo no 'Céuzinho'?
3. Quais atividades são desenvolvidas na região?
4. Como são realizadas as atividades (número de pessoas)?
5. Com que regularidade realiza a pratica na região?
6. Quanto custa a atividade por cliente?
7. Qual a forma de divulgação do produto?